

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO
E IMPACTOS AMBIENTAIS
NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE:
CASO DA VILA MATO GROSSO**

JANAINA RODRIGUES TEIXEIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia, pelo Curso de Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Prof^a. Dr. Tânia Marques Strohaecker

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Prof. Dr. Luís Alberto Basso

PORTO ALEGRE

DEZEMBRO DE 2010

Teixeira, Janaina Rodrigues

Processo de favelização e impactos ambientais na zona sul de Porto Alegre: Caso da Vila
Mato Grosso. / Janaina Rodrigues Teixeira - Porto Alegre: UFRGS, 2010.
[76 f.] il.

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. – Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2010.

Orientação: Prof. Dra. Tânia Marques Strohaecker

1. Geografia. 2. Processo de Favelização. 3. Áreas Irregulares. 4. Impactos Ambientais. I.
Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

Agradecimentos

- À orientadora, neste projeto de pesquisa, Tânia Marques Strohaecker, que muito colaborou para a concretização deste trabalho. Com o apoio e credibilidade depositados nessa pesquisa sempre foi além de todas as expectativas, foi mais que orientadora, pois me deu espaço para criar sem me desamparar um só instante, sou muito grata.
- Aos professores da UFRGS que me ajudaram e por suas palavras de estímulo. A esses que foram sempre um exemplo de pessoa e profissional a ser seguido.
- À colaboradora Maria Regina Steinert do Demhab, pelo apoio e auxílio em vários momentos. Porque foi uma das primeiras pessoas a me mostrar o valor e a importância da pesquisa para o desenvolvimento do território e das relações humanas entre si e com o espaço.
- Ao colega e amigo Guilherme Joaquim pelo auxílio na elaboração dos mapas em ARCGIS. Graças a esse estimado amigo que nunca me faltou nas mais temerárias horas é que concluí essa etapa tão extraordinária da minha vida; com sua humildade e desprendimento, foi mais que amigo foi um irmão, paciente e prestativo em todos os momentos.
- Aos meus irmãos Jacira, Jaciara, Guaraci, Inajara e Ana Iara pela compreensão pelas diversas vezes em que não pude dar a devida atenção, como irmã mais velha, senti não ter intervido nos momentos cruciais, por estar voltada aos afazeres acadêmicos e profissionais.
- Aos colegas da Atento Brasil, Alexandre Jantsch, Paula Fontana, José Soares e Jefferson Mittmann, pelas dicas em Excel, foram muito proveitosas para esse trabalho de conclusão.
- Aos inúmeros amigos, colegas e aos parentes que me incentivaram a continuar mesmo nos momentos mais difíceis em que às vezes faltava ânimo, todos serviram como um apoio e estímulo para persistir na caminhada, por meio de suas expressões de fé e carinho.
- Aos moradores e moradoras da Vila Mato Grosso que colaboraram para essa pesquisa de forma espontânea e cordial muito contribuíram para a credibilidade e concretização deste trabalho.
- À minha mãe, que é tudo na minha vida e que me possibilitou chegar aqui e, se Deus quiser, ir mais adiante...

Favela

Favela ô
Favela que me viu nascer
Eu abro meu peito e canto amor por você

Favela ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro pode te entender

O povo que sobe a ladeira ajuda a fazer mutirão
Divide a sobra da feira e reparte o pão, reparte o pão
Como é que essa gente tão boa é vista como marginal
Eu acho que sociedade está enxergando mal
Minha favela

Favela ô
Favela que me viu nascer
Eu abro meu peito e canto amor por você

Favela ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro pode te entender

Entendo esse mundo complexo
Favela é minha raiz
Sem rumo, sem tino, sem nexo e ainda feliz
Nem sempre a maldade humana está em quem porta um fuzil
Tem gente de terno e gravata matando o Brasil
Minha favela

Favela ô
Favela que me viu nascer
Eu abro meu peito e canto amor por você

Favela ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro pode te entender

Entendo esse mundo complexo
Favela é minha raiz
Sem rumo, sem tino, sem nexo e ainda feliz, muito feliz
Nem sempre a maldade humana está em quem porta um fuzil
Tem gente de terno e gravata matando o Brasil
Minha favela.

(Composição: Arlindo Cruz, Acyr Marques e Ronaldinho)

RESUMO

A problemática da habitação irregular tem chamado a atenção não somente dos órgãos públicos, mas também do meio acadêmico que busca interpretar as mudanças sociais a partir de fenômenos como o processo de favelização nos grandes centros metropolitanos. Esses movimentos de ocupação de áreas impróprias à moradia tornaram-se fator preocupante para a sociedade por dois motivos principais. O primeiro deles pelo avanço das populações de baixa renda, desassistidas de políticas públicas que garantam o direito a uma moradia digna, sobre áreas que não atendem as condições mínimas para a habitação, o que gera dificuldades como o acesso aos equipamentos públicos de primeira necessidade. E o segundo fator é a questão dos impactos ambientais sobre esses sítios que não estão preparados para receber essas casas em tão curto espaço de tempo, o que gera problemas como desastres ecológicos com os deslizamentos das encostas dos morros, a poluição de cursos de água e dos lençóis freáticos pelos dejetos oriundos dessas populações, que ocupam de maneira irregular esses solos.

O objetivo deste trabalho é analisar a percepção pelos moradores dos impactos ambientais causados pelo avanço do processo de favelização na zona sul de Porto Alegre, apresentando um estudo de caso centrado em uma vila denominada Mato Grosso, ocupada de forma irregular há aproximadamente 40 anos, como forma de viabilizar o aprendizado das disciplinas e referenciais teóricos discutidos ao longo do curso. Através de pesquisa de campo, foram efetuadas entrevistas com 75 moradores e feitas observações com essa população para se traçar um perfil das famílias atingidas pelos problemas causados pela desigualdade socioeconômica no meio urbano que se reflete diretamente na situação do morar irregularmente. Como resultado desta pesquisa, por meio das entrevistas temos a presença de um forte sentido de pertencimento e identificação com o local, por parte dos moradores. Todavia temos a constante desagregação social devido à falta de mobilização da própria comunidade no sentido de procurar solucionar a problemática do tratamento dos dejetos, que mesmo havendo coleta do lixo em dias definidos pela prefeitura, esse acaba sendo deixado nas vias públicas ou jogado no arroio que cruza a vila, acelerando o processo de degradação ambiental e acarretando em má qualidade de vida desses moradores. Foram levantadas outras questões como o preconceito sofrido por morar em vila (área verde) e da insegurança em virtude da crescente criminalidade, mas principalmente pela sensação de desamparo representado nas carências de infraestrutura adequada e de boa qualidade de vida para esses moradores que se dizem abandonados pelas autoridades públicas, sentindo-se preteridos pela sociedade.

Este trabalho visa, portanto, fornecer uma visão de novas políticas públicas com base na percepção de valor dos residentes e da importância da preservação do meio ambiente nas comunidades, com a participação das populações de baixa renda na tomada de decisões em conjunto com o governo e a sociedade civil são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais.

Palavras chaves: Processo de favelização - Áreas irregulares - Impactos ambientais.

Abstract

The problem of illegal housing has attracted attention not only of public agencies, but also in academia that seeks to interpret the social changes from phenomena as the process of slums in major metropolitan centers. These movements of areas occupation of areas unsuitable for housing became a worrying factor for the society for two main reasons. First of them by the advance of people low-income, underserved public policies that guarantee the right to decent housing on areas that do not meet the minimum conditions for housing which generates difficulties such as access to public services. The second factor is the issue of environmental impacts on lands which are not equipped to receive those houses in such a short time, which creates problems such as ecological disasters such as landslides on the slopes of the hills, the pollution of watercourses of groundwater by waste from these populations that occupy these lands in an irregular way.

The aim of this study is to analyze residents' perception of the environmental impacts caused by the progress of slums in the south of Porto Alegre, presenting a case study of a slum called Mato Grosso, illegally occupied for nearly 40 years as a way of materialize disciplines and theoretical frameworks discussed throughout the course. Through field research, interviews were conducted with 75 residents and observations made in this population to define a profile of the families affected by problems caused by socioeconomic inequality in urban areas that directly reflects the situation of living irregularly. As a result of this research, the interviews have the presence of a strong sense of belonging and identification with the place, by the residents. Yet there is the constant disintegration due to lack of mobilization of the community in seeking to resolve the problem of waste treatment, that even with garbage collection on days set by the prefecture, this waste ends up being left on public streets or thrown into the stream that crosses the slum, accelerating the process of environmental degradation and resulting in poor quality of life of residents. Other issues raised were the discrimination suffered by living in slum (green area) and insecurity because of rising crime, but mostly for the feeling of helplessness represented in the needs of the adequate infrastructure and good quality of life for those residents who say they are abandoned by the authorities public and feel deprecated by society.

This paper therefore aims to provide insight for new public policies based on the value perception of residents and the importance of preserving the environment in these communities, with the participation of population low-income in decision-making in conjunction with government and civil society are key to reducing social inequalities.

Keywords: Process slumming - Irregular Areas - Environmental impacts.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
1.1. Meta	04
1.2. Problema de Pesquisa	05
1.3. Objetivos da Pesquisa	05
1.4. Localização da Área de Estudo	05
1.5. Justificativa da Pesquisa	07
1.6. Metodologia e Operacionalização	08
1.6.1. Procedimentos de operacionalização	08
1.6.2. Levantamento de dados secundários	09
1.6.3. Levantamento de dados em campo	09
1.6.4. Etapa de laboratório	10
1.6.5. Etapa de gabinete	10
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	12
2.1. A Valorização Diferenciada da Terra Urbana	13
2.2. As Áreas de Risco e os Impactos Ambientais	15
2.3. O Processo de Segregação Socioespacial	17
2.4. As Áreas Sociais	19
2.5. Os Padrões Residenciais	19
3. A REGIÃO DE ESTUDO: A CIDADE DE TRANSIÇÃO	24
3.1. Caracterização da Macrozona 4	24
3.2. Caracterização da Vila Mato Grosso	29
3.2.1. Breve Histórico	30
3.2.2. Principais Demandas da Comunidade	31
4. LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA VILA MATO GROSSO	36
4.1. Perfil socioeconômico	36
4.2. Percepção socioambiental	38
4.3. Uso do Solo	44
4.4. Análise espacial	47
4.4.1. Evolução demográfica (1995, 2000, 2010)	47
4.4.2. Evolução espacial da ocupação (1972-1973, 1978, 1991)	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5.1 Sugestões para Novas Pesquisas	57
REFERENCIAS	59
ANEXOS	61

Lista de Figuras

Figura 1. Localização da área de estudo por setores censitários	06
Figura 2. Modelos clássicos de segregação residencial	20
Figura 3. Padrão latino-americano de organização espacial urbana	22
Figura 4. Divisão do Município por Áreas de Ocupação	24
Figura 5. Porto Alegre e suas Macrozonas com Bairros Vigentes	25
Figura 6. Localização da Vila Mato Grosso	29
Figura 7. Imagem de satélite de alta resolução da área de estudo – 2009	31
Figura 8. Ocupação das margens do Arroio Passo Fundo – Porto Alegre (RS)	32
Figura 9. Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)	34
Figura 10. Acesso principal da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)	34
Figura 11. Projetos Previstos para Copa 2014 em Porto Alegre	35
Figura 12. Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)	36
Figura 13. Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)	41
Figura 14. Mapa de Uso do Solo da Vila Mato Grosso	45
Figura 15. Localização da Vila Mato Grosso por setores censitários	49
Figura 16. Fotografia aérea de 1972/1973	50
Figura 17. Fotografia aérea de 1978	51
Figura 18. Fotografia aérea de 1991	52

Lista de Quadros

Quadro 1 – Compatibilização de número de setores censitários dos anos de 1991, 1996 (PNAD) e de 2000	33
Quadro 2. Detalhamento das Respostas apresentadas do Gráfico 4	39
Quadro 3. Quadro comparativo entre o número de lotes em 1995 e o número de domicílios na Vila Mato Grosso, conforme o Censo do IBGE/2000	48
Quadro 4 – Evolução populacional na área de estudo.	48
Quadro5. Respostas dos Moradores sobre os Processos Socioespaciais e Impactos Ambientais - Anexo	62

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Ocupação dos Moradores da Vila Mato Grosso (%)	37
Gráfico 2 - Grau de Escolaridade dos Moradores da Vila Mato Grosso (%)	38
Gráfico 3 – Tipologia de Moradias na Vila Mato Grosso (%)	38
Gráfico 4 – Percepção quanto às Vantagens de Morar na Vila Mato Grosso	39
Gráfico 5 – Percepção da Maior Desvantagem de Residir em Área Irregular (%)	40
Gráfico 6 – Problemas Relacionados ao Uso Inadequado do Solo (%)	42
Gráfico 7 – Tempo de Moradia na Comunidade (%)	43
Gráfico 8 – Problemas Relacionados ao Uso Inadequado do Solo e Perspectivas para o Futuro (%)	44

Lista de Siglas e Abreviaturas

AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social

AIA - Área de Interesse Ambiental

AOI - Área de Ocupação Intensiva

AOR - Área de Ocupação Rarefeita

APP - Áreas de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FEE - Fundação de Economia e Estatística

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OP - Orçamento Participativo

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PSF - Programa da Saúde da Família

Sase - Serviço de Apoio Socioeducativo

SPM - Secretária do Planejamento Municipal

UEUs - Unidades de Estruturação Urbana

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado das práticas desenvolvidas nas disciplinas de Trabalho de Graduação I e Trabalho de Graduação II, do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A proposta deste trabalho é exercitar a complexidade de se propor uma pesquisa científica condizente com as características de um trabalho de graduação.

Assim, esta pesquisa busca simular da forma mais fiel possível sua aplicabilidade prática, na qual se observam os cuidados com o cronograma, as especificações de custos e, mais importante, com toda a construção teórica aqui abordada.

O tema da pesquisa é a análise das conseqüências dos impactos ambientais nas áreas de ocupação irregular e seu reflexo nas comunidades residentes, bem como da população que vive no seu entorno. Devido ao risco que oferecem aos seus moradores por caracterizarem-se como locais não urbanizados ou com urbanização precária, causam preocupação na sociedade em geral e junto ao poder público, destacando-se as secretarias e autarquias responsáveis pela urbanidade no município de Porto Alegre.

A temática desenvolvida trata de um problema que aflige tanto as comunidades que habitam essas áreas irregulares assim como as áreas circunvizinhas. Sob o ponto de vista histórico trata-se de uma área habitada aproximadamente há trinta anos com um marcante traço de povoamento por pessoas que vieram do interior do estado do Rio Grande do Sul. A ocupação irregular dessa área tem se perpetuado impondo dificuldades inerentes ao processo de favelização como a falta de tratamento de esgoto, a irregularidade na distribuição de água encanada a todas as famílias e os problemas relacionados aos alagamentos devido ao acúmulo de resíduos domésticos nos arroios.

Devido a fatores como esses são constantes os impactos gerados pelo uso inadequado da terra e à poluição causada pela ocupação desordenada. O predomínio dessas aglomerações marginais incrementa as dificuldades enfrentadas pelo poder público em sanar problemas que são comuns no meio urbano, pois no entorno dessas vilas também se pode sentir as conseqüências do processo de favelização como o aumento da criminalidade e o desequilíbrio ambiental.

1.1. Meta

Contribuir com subsídios para o Programa de Urbanização de Áreas Ocupadas e Regularização Fundiária que se caracteriza por integrar à cidade, formalmente, famílias que vivem em áreas irregulares, respeitando as características das comunidades envolvidas. Este objetivo somente será atingido por meio da legalização das áreas ocupadas, da urbanização do entorno e da integração do conjunto de serviços públicos e comunitários. O referido programa garante a

permanência das famílias nas suas regiões de origem.

1.2. Problema de Pesquisa

Com o avanço das habitações irregulares e a falta de infraestrutura adequada para a população destas comunidades está ocorrendo uma expansão do quadro de degradação ambiental em áreas de preservação permanente ocupadas por pessoas que residem em locais próximos a encostas da Vila Mato Grosso, nossa área de estudo que se localiza entre os bairros Cristal e Nonoai.

1.3. Objetivos da Pesquisa

O **objetivo geral** da pesquisa é identificar as principais causas de degradação ambiental nas áreas comprometidas pela ocupação irregular da Vila Mato Grosso, desde sua origem e formação, até os dias atuais, através da percepção de seus moradores.

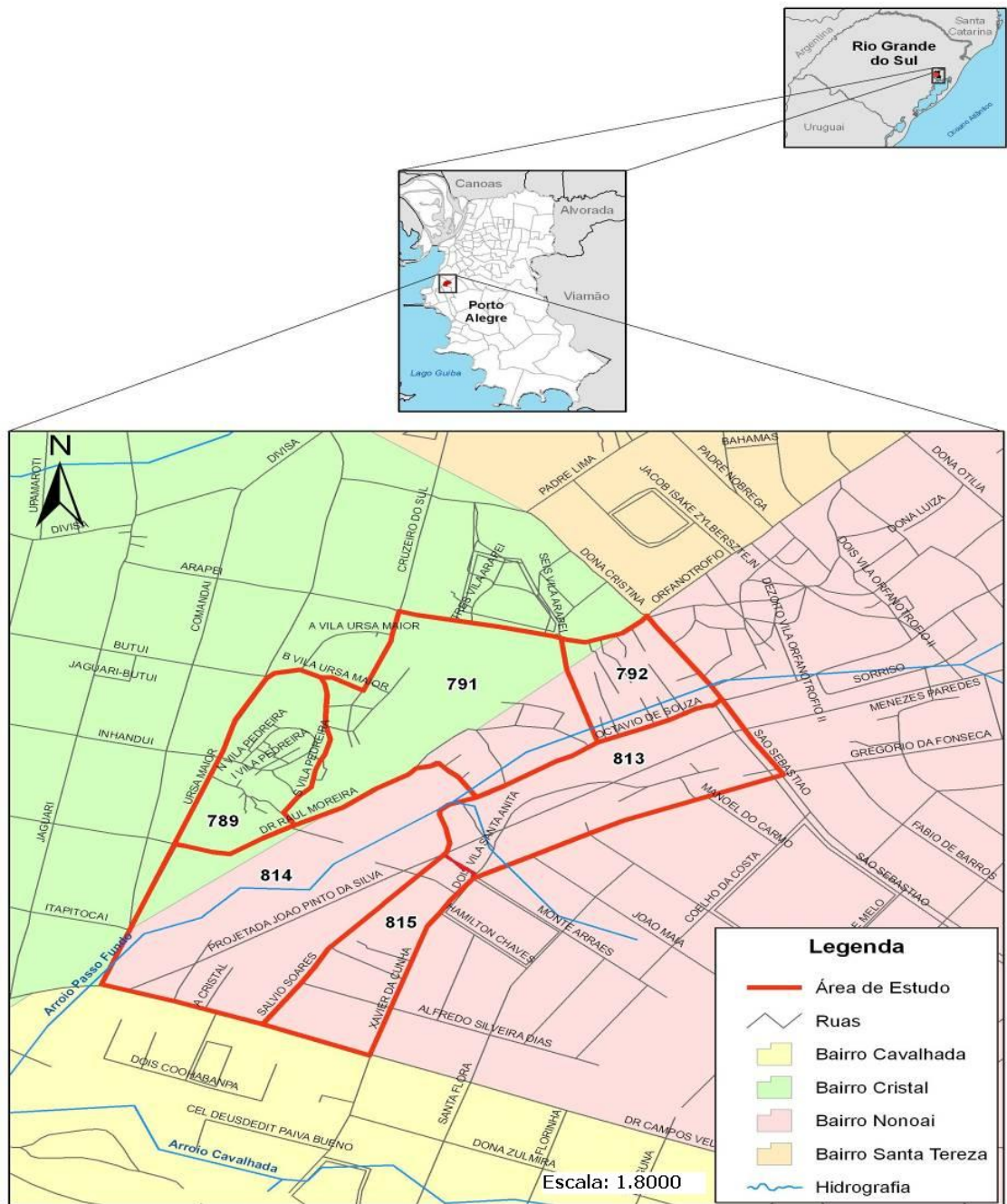
Como **objetivos específicos** pretende-se:

- Caracterizar a evolução dos principais problemas levantados, relacionando-os com o uso inadequado do solo urbano.
- Identificar os fatores que atuaram e atuam no processo de degradação ambiental da área de estudo em virtude do contínuo avanço da ocupação irregular;
- Caracterizar, social e economicamente, os grupos que constituem a população dessas comunidades que residem na região da área de estudo localizada entre os bairros Cristal e Nonoai – Vila Mato Grosso.
- Avaliar as conseqüências da degradação ambiental e as suas implicações para o futuro da área de estudo.

1.4. Localização da Área de Estudo

A área de estudo, Vila Mato Grosso, localiza-se entre os bairros Cristal e Nonoai, entre duas regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre: a região Cristal e a região Centro Sul, conforme mostra a Figura 1. A Vila Mato Grosso localiza-se no entorno do Arroio Passo Fundo.

Figura 1. Localização da área de estudo por setores censitários



Fonte: Elaboração da autora, 2010.

1.5. Justificativa da Pesquisa

Neste início de século, estudos científicos, técnicos e governamentais confirmam que o processo de urbanização está ocorrendo de maneira não uniforme, privilegiando determinadas áreas em detrimento de outras que são ocupadas por pessoas que não têm condições de se estabelecer em locais seguros, o que implica na má qualidade de vida dessas famílias devido ao crescimento populacional desordenado das metrópoles.

Por outro lado, não se deve desconsiderar que, entre as décadas de 1950 a 2000, a ocupação desordenada tenha gerado problemas de degradação dos espaços urbanos e que estes possam ainda se manifestar negativamente para todo o conjunto da cidade.

A ocupação irregular é um fenômeno que ocorre em vários outros municípios brasileiros e as soluções são complexas e em diferentes escalas de abordagem (nacional, macrorregional, estadual, metropolitana, municipal e local). O entendimento sobre o modo como surgiu e como se expressa a degradação ambiental nas áreas urbanizadas de Porto Alegre significa estar contribuindo para a elaboração de estratégias que possam enfrentar essas dificuldades no âmbito municipal e local.

Para tanto, esse trabalho destaca registros de outros autores que corroboram com conceitos, esquemas e estudos de caso que reforçam essa pesquisa para torná-la mais concreta e coesa na medida em que fornece respaldo aos argumentos defendidos nesse trabalho de graduação. Através de uma abordagem crítica do processo de favelização na zona sul de Porto Alegre se faz referência aos entraves políticos, sociais e econômicos que geram os aglomerados urbanos ditos “subnormais”.

Eles recebem tal denominação porque não estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA). Dessa maneira, destacamos a importância da regularização fundiária como uma alternativa à exclusão que esses locais têm enfrentado. Por serem classificados como Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), os locais onde se concentram as moradias irregulares são o foco no Orçamento Participativo, pois são áreas que requerem atenção por englobarem dois problemas sociais: a questão da habitação no meio urbano e o desequilíbrio ambiental que é um fator de conflito nas grandes cidades.

A área de estudo é uma das diversas vilas irregulares de Porto Alegre, denominada Vila Mato Grosso, que se localiza na zona sul da capital em uma encosta e tem como ponto de referência uma pedreira desativada. Essa vila tornou-se foco de importância por estar situada próxima ao Arroio Passo Fundo, uma Área de Preservação Permanente, que nos coloca duas questões muito debatidas no campo acadêmico: que é o dilema entre a necessidade de morar e a de preservar o ambiente natural no meio urbano.

Normalmente, a escolha do objeto de pesquisa deve-se à curiosidade do investigador ou por se tratar de um tema inédito ou pouco estudado. No presente trabalho, a escolha desse tema envolve uma série de inquietações internas de quem vivencia a experiência das duas realidades: a da favela, com seus conflitos e desigualdades e a da academia, com sua ordem e segurança proporcionadas pela clareza do conhecimento técnico e científico. Responder questões simples como: por que uns tem tanto e outros tão pouco? Através da análise e da interpretação de material como mapas, gráficos e estudos de caso, trabalhos de campo, é possível redimensionar os conhecimentos adquiridos aproximando-os das demandas práticas. Afinal, essa é a função da pesquisa - promover o desenvolvimento do indivíduo e, por consequência, da sociedade.

1.6. Metodologia e Operacionalização

A realização deste trabalho contará com a utilização de duas etapas metodológicas: uma através do levantamento de realidade dos moradores e outra através de técnicas de geoprocessamento, possibilitando assim uma análise qualitativa e quantitativa da área de estudo.

Pretende-se com esse trabalho termos uma leitura em três tempos:

a) da evolução da mancha urbana na área de estudo e seus reflexos em caráter ambiental no período de 1995 a 2010. Através de um paralelo com dados coletados *in loco*;

b) na análise dos dados secundários com o respaldo do levantamento de campo na observação da atual situação dessa comunidade, articulando os indicadores como Trabalho e Rendimentos, obtidos nos órgãos de estudos socioeconômicos FEE, IBGE e Observatório de Porto Alegre, e DIEESE, e

c) associando-se às entrevistas de campo, que certamente vêm agregar subsídios a esse trabalho.

A metodologia aplicada a essa pesquisa é consequência direta do referencial teórico e deste derivam os materiais e métodos que serão utilizados e discutidos. Essa metodologia consiste basicamente em quatro etapas de operacionalização que são detalhadas no próximo item.

1.6.1 Procedimentos de Operacionalização

Após a descrição das diretrizes básicas metodológicas, nesse tópico pretende-se detalhar os procedimentos operacionais que nortearam a pesquisa no decorrer de seu desenvolvimento.

1.6.2. Levantamento de dados secundários

O levantamento de dados bibliográficos está baseado nos trabalhos de Abraão (2002), Correa (1993), Suertegaray (2000), Basso (2000), Fujimoto (2000), Fujimoto (2000), Davis (2006), Lindau (2000), Fontoura (2005), Pires (2000), Ribeiro (1997), Porto Alegre (1997), além da consulta em meio digital através dos sites do Dieese, IBGE e Observatório da cidade de Porto Alegre. Para uma maior compreensão da área de estudo procurou-se:

- Pesquisar junto a órgãos como IBGE, DEMHAB para identificar o perfil socioeconômico dos residentes nas áreas de ocupação, buscar dados do IBGE do Censo de 2000 e levantamento de informações sobre a área no DEMHAB, a partir de 1995, para a obtenção dos processos de alteração cadastral dos moradores.

- Quantificar, com base nos dados do IBGE, o acréscimo populacional; para assim chegarmos a uma dimensão do crescimento e da densidade da população pela área ocupada e assim juntamente com análises das plantas da área.

A pesquisa também contou como fonte de dados cartográficos:

a) Fotos aéreas da área de estudo pertencentes à Metroplan (anos de 1972, 1973, 1978 e 1991) em formato analógico, as duas primeiras na escala 1/8.000, a de 1978 na escala 1/20.000, e a de 1991 na 1/8.000;

b) Planta planialtimétrica e cadastral da Vila Mato Grosso, elaborada em 1995, pela empresa Incorp Consultoria e Assessoria Ltda., por solicitação do DEMHAB/PMPA, por meio digital, formato dwg., na escala 1/250.

1.6.3 Levantamento de dados em campo

Para a elaboração e aplicação de questionários na etapa de campo aos moradores da comunidade, adotou-se a modalidade de abordagem aleatória, com a aplicação de questionários entre os moradores da Vila Mato Grosso para sabermos qual a realidade destes acerca do processo de favelização e os impactos ambientais na área onde residem e nas imediações. Pretende-se, mais especificamente:

- Efetuar saídas de campo e fotografar a área de estudo em que ocorrem as ocupações irregulares com a máquina digital.

- Aplicar entrevistas de caráter qualitativo com moradores da vila para uma maior compreensão do perfil socioeconômico da comunidade.

- Assim, para que possamos atingir os objetivos serão imprescindíveis as incursões a campo com um total de nove (09) visitas e aplicação de questionários em número de setenta e cinco

(75), o que caracterizaria 5% da amostra sobre o total estimado de moradores e registro por meio de fotografias da área de estudo.

1.6.4 Etapa de laboratório

A etapa de laboratório se subdivide nos seguintes itens:

- Georreferenciamento da área de estudo a partir das plantas, do levantamento planimétrico e cadastral da área de estudo por fotos aéreas.

- Sistematização dos questionários levantados em campo, fundamentados pelo referencial teórico que dará origem a um quadro com as respostas tabuladas destes moradores de acordo com o que é relatado de sua realidade.

Por tratar-se de um método de leitura e interpretação de respostas subjetivas oriundas da própria vivência desta comunidade, será priorizada nesta análise a percepção dos moradores em relação a sua realidade socioespacial. Agregando-se o método quantitativo ao qualitativo teremos uma caracterização consistente acerca da situação da área, bem como para traçarmos perspectivas para o seu futuro.

1.6.5 Etapa de gabinete

Com os resultados obtidos a partir dos estudos anteriores associados aos apontamentos deste trabalho poder-se-á compreender a importância da análise desta área para desenvolver melhorias em prol da qualidade de vida no âmbito das questões socioambientais, que são temas que estão refletidos nos depoimentos dos moradores como necessários para a autovalorização desta população e do seu território enquanto local de moradia.

Pretende-se:

- Analisar as fotografias aéreas e das plantas onde estão os loteamentos em situação irregular que indicam degradação ambiental.

- Discutir, a partir do referencial teórico, a identificação e caracterização socioeconômica dos grupos que constituem essa população que reside em áreas de risco.

- Quantificar, por meio do quadro comparativo resultante da etapa de laboratório, as diferentes opiniões sobre a qualidade do ambiente oriundas da percepção dos moradores. Assim será possível que se comprove a hipótese levantada a partir da interpretação dos dados obtidos.

- Será elaborado um mapa temático que traçará o perfil das áreas que devem ser preservadas atualmente segundo a Legislação Ambiental e Ocupação Urbana e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre.

De posse dos dados necessários para executar o projeto poderemos nesta etapa, efetuar discussões acerca dos resultados obtidos e chegarmos às conclusões inerentes ao estudo de caso.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O presente capítulo pretende apresentar a fundamentação teórica e os principais conceitos que balizaram a pesquisa. Entre eles destaca-se segregação urbana, um complexo processo de espacialização da sociedade que concretiza as relações sociais e de produção características da sociedade capitalista. Para dar entendimento a esse ponto de vista teórico, o trabalho de Corrêa (2005), muito colabora para essa pesquisa. Esse autor, citando Castells (1983), revela que a segregação urbana é um processo que resulta em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas.” Essas diferenças entre as áreas das cidades se caracterizam por serem diferenças de ordem social, pois cada grupo social possui uma capacidade diferenciada de pagar pela residência que ocupa.

2.1. A Valorização Diferenciada Da Terra Urbana

Assim, no processo de valorização da terra urbana, em função da intensificação da urbanização, os lotes com menores preços, pior localizados, serão utilizados pela população de baixa renda, gerando residências de baixo padrão construtivo (CORRÊA, 2005). Por sua vez, Costa (1984) ressalta a valorização do solo urbano como resposta aos sucessivos processos de apreensão e distinção entre o que é espaço e território e seu valor como local de moradia, pois o solo urbano terá seu custo e sua importância de acordo com sua funcionalidade e capacidade de agregar benefícios financeiros ou vantagens econômicas aos seus detentores sejam esses individuais ou de caráter corporativista como salienta no trecho:

“Com o desenvolvimento histórico, o povoamento, a apropriação e a fixação de grupos humanos em áreas do globo passaram a dominar a forma de relacionamento entre sociedade e o espaço” (COSTA & MORAES, 1984).

Os artigos da Revista Cadernos IPPUR contribuiram para sedimentar os argumentos deste trabalho, na medida em que trouxeram à tona discussões referentes às relações sociais, aos conflitos de interesse no meio urbano e suas conseqüências desastrosas para a harmonia nas grandes metrópoles. O artigo *Expansão urbana e desmatamento nas áreas protegidas por legislação ambiental na Região Metropolitana de São Paulo*, de Oliveira e Alves (2007), destaca a problemática do crescimento populacional e da dinâmica sociodemográfica nas mesmas categorias de unidade de conservação, ou seja, discute a ocupação urbana em áreas de preservação ambiental e suas conseqüências para as populações de baixa renda e para a sociedade.

No artigo *O tempo desvelado: a autoconstrução da moradia*, Lima (2007) aborda a questão da forma como se dá a relação entre a cidade urbanizada legalmente para aqueles que têm condições financeiras e poder aquisitivo para manter esse status versus à periferia com muitos de seus moradores desassistidos pelo poder público, relegados a uma situação de sobrevivência a qual

lhes impõem limitações físicas como a questão da acessibilidade. Devido às condições de suas moradias e distanciamento dos meios de transporte, quanto às condições psicológicas na medida em que se vêem sem alternativas, sob pressão social. Na maioria dos casos essas habitações estão situadas em locais inadequados para o uso urbano, que oferecem riscos como deslizamentos de terras, alagamentos, porque são espaços carentes de infra-estrutura básica como: água, luz, tratamento e coleta de esgoto entre outros problemas das áreas periféricas das grandes metrópoles.

Os moradores das favelas ou vilas resistem devido ao sentimento de sociabilidade e de pertencimento ao local, procuram fazer melhorias nas suas habitações com o pouco que resta de sua minguada renda familiar. Podemos notar no artigo de Lima (2007) um projeto, na comunidade de Acari, de reconstrução da cidadania, a partir da retomada da auto-valorização do espaço vivido.

2.2. As Áreas de Risco e os Impactos Ambientais

No trabalho *Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro*, Cardoso (2007) ressalta que mais do que estudar os riscos em meio acadêmico ou criar modelos de comportamento de risco é imprescindível olhar para essas comunidades que combatem imponderações ou riscos concretos como a desassistência social e a falta de perspectivas; “(...) muito pior, para parte da população, é enfrentar a carência e a precariedade das condições de trabalho, a incerteza e a insuficiência de renda.”

Outro artigo que vem a corroborar com essa pesquisa é *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos* de Silva (2007) ao retratar a forma como as moradias improvisadas nas periferias urbanas são vistas pelos que não habitam ou convivem com os moradores destes lugares, como os direitos e deveres são relativizados como forma de acompanhar o “movimento diferenciado” de desenvolvimento dos aglomerados subnormais, pois se tornam um contraponto ao que seria o ideário de urbanidade, porque a favela tem um estereótipo do local das ausências e é reconhecida por aquilo que não tem como os espaços destituídos de infraestrutura urbana, e distante da realidade social como que “alienada”, podendo-se inferir que esse estereótipo pode ser reforçado através do próprio conceito de favela definido pelo Plano Diretor do Rio de Janeiro:

Favela – área predominantemente habitacional, com ocupação por população de baixa renda com precariedade de infra-estrutura e de serviços, vias estreitas e de alinhamento irregular; lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas em desconformidades com padrões legais (Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 1992, art.147).

Outra obra que contribui também para o entendimento dessa temática é *Ambiente e lugar no urbano*, (SUERTEGARAY et al, 2000), concentrando-se nos textos introdutórios com o ponto de

vista conceitual dos pesquisadores Basso (2000) e Fujimoto (2000), que destacam o grau preocupante da degradação ambiental nas áreas urbanas, em *Desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental das cidades* e *A urbanização brasileira e a qualidade ambiental*. Nesse estudo dotado de um olhar crítico, os autores citados abordam os contrastes sociais que a cidade revela e as dificuldades enfrentadas pelas famílias que se equilibram em barracos improvisados e sem infraestrutura adequada à sua sobrevivência, pois residem em locais onde coexistem habitações irregulares e impactos ambientais permanentes. Também é discutida a evolução populacional nas cidades, suas causas e conseqüências. Nesses trabalhos temos uma noção do quão complexo é o conceito de desenvolvimento sustentável, pois esse aborda diversas questões políticas e ideológicas e em meio a tantas opiniões intelectualizadas está uma massa de excluídos que faz aumentar o inchaço populacional nas cidades, principalmente sobre as áreas que oferecem risco a ocupação e que são as mais propensas a degradação ambiental.

Fujimoto (2000), na mesma obra citada anteriormente, destaca a forma como agem os atores sociais nos mecanismos de apropriação do solo urbano, através de uma “regulação nem sempre perceptível no plano espacial, mas que se realiza de forma organizada, ordenada, segundo métodos, princípios e estratégias”. Destaca-se ainda que o elemento “regulador da ocupação é o valor do solo urbano [...], sujeito às regras do sistema produtivo e de consumo.” Outros estudos de caso na mesma publicação, realizados por Lindau, Alves e Pires, abordam a ocupação irregular e a questão da segregação residencial em diferentes áreas de Porto Alegre, destacando-se a relação sociedade e natureza neste contexto.

As cidades brasileiras na sua maioria “incharam” de indivíduos mal qualificados para as funções urbanas. São bairros e favelas de marginalizados da vida cotidiana, tanto nas grandes, como nas médias e pequenas cidades. Após a década de 1970, as áreas urbanas brasileiras vêm exercendo uma pressão significativa no meio ambiente, principalmente nas regiões metropolitanas, levando a condições extremas a pressão da população sobre os recursos naturais (FUJIMOTO, 2000, p.52).

Além disso, outros estudos de caso dentro dessa temática corroboram para a pesquisa como os trabalhos de Fontoura (2005), enfocando a participação das comunidades envolvidas no complexo processo de uso inadequado do solo e na degradação ambiental como um fator determinante na evolução da perda de áreas preservadas e na má qualidade de vida dos habitantes, assim como ocorre na pesquisa realizada por Abraão (2002), focaliza os conflitos entre a ocupação urbana e a preservação do ambiente natural no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre.

Dentre as obras que concentram seu enfoque relacionado à temática de estudo, a publicação Planeta Favela (DAVIS, 2006) analisa o processo de ocupação do espaço como uma forma de expressão da disseminação da pobreza em seu caráter mais contundente que favorece,

muitas vezes, a existência de processos segregadores, a partir da condição de morar em áreas irregulares a qual denomina de “urbanização informal”, e as interpretações que são feitas pela sociedade sobre os moradores de baixa renda.

Para o presente estudo, a obra de Davis (2006) contribui para irmos além do que é o visível e exposto na escala do local, mas também nos leva a uma discussão na escala global, pois o que se vê nas regiões empobrecidas espalhadas por Porto Alegre, também as desigualdades sociais explicitadas na segregação espacial e no descaso com o meio ambiente são notáveis em qualquer favela ou vila onde impera a miséria, seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

No trabalho *A organização do espaço construído e qualidade ambiental: o caso de São Paulo*, Silva (1991) faz uma discussão sobre os problemas ambientais vividos pela cidade de São Paulo, que se relaciona diretamente com a forma como se dá a ocupação do solo e os assentamentos urbanos. Esse texto foi selecionado, pois assim como no estudo de caso as grandes cidades sofrem com as mesmas dificuldades em termos de arranjo urbanístico e planejamento espacial nas cidades.

Os principais fatores que trazem o texto a esse referencial é a forma como se dá a organização das informações, pois o autor inicialmente divide o trabalho em duas partes, uma delas oferece enfoque às características dos modelos de ocupação territorial relacionada com a questão ambiental destaca os padrões de crescimento da cidade e suas adequações ao desenho urbano geográfico. Enquanto que na segunda parte são apontadas as formas mais comuns de ocupação dos solos urbanos e a sua relação com o meio ambiente. Nesse trabalho é ressaltado o modelo de ocupação periférico desde a década de 1940, o que permitiu a implementação do sistema ferroviário para atingir as regiões mais distantes e de ocupação rarefeita.

Esse processo de agregação do território fez com que alguns locais fossem mais bem cogitados que outros comparativamente no meio urbano. Com isso surgiram áreas mais valorizadas na cidade ainda que não houvesse população suficiente para ocupar todos os espaços disponíveis. O autor explica o desenho da malha urbana e os tipos de traçado como o modelo tabuleiro de xadrez. Ainda enfatiza que as formas reais do terreno muitas vezes não permitiam a conformação idealizada requerendo adequações ao sítio geográfico nos projetos urbanísticos.

A partir daí surgem as questões dos grandes impactos ambientais que essas mudanças causam no terreno e no seu entorno, tais como: remoção do solo superficial, alteração dos sistemas de drenagens, ou seja, começam a surgir problemas como assoreamentos, erosão e inundações no meio urbano. As pesquisas subseqüentes apontam que muitos dos problemas das cidades estão relacionados com a forma como são conduzidas as obras de infraestrutura, pois envolvem grandes quantias de investimentos financeiros, porém, raramente são levadas em conta as condições climáticas e ambientais dos terrenos e a qualidade de vida das pessoas; o que tem por conseqüência um trânsito caótico, perda de tempo exagerado nos deslocamentos, o comprometimento da

qualidade do ar, entre outros.

Nesse texto, o autor apresenta um tópico que trata das ocupações do solo em algumas situações geográficas específicas; são destacados o crescimento urbano que extravasa os limites das bacias sedimentares, da ocupação das áreas de manancial, a ocupação das várzeas que ocorrem de forma alheia ao fenômeno natural o que acelerou os processos de desflorestamentos das margens por meio do uso inadequado dos solos, propiciando a erosão e o assoreamento devido à impermeabilização generalizada destes; o texto mostra também a ocupação dos fundos de vale e ressalta a importâncias das espaços livres e das áreas verdes para a amenização climática evitando assim fenômenos como as “ilhas de calor” e a desestruturação da paisagem urbana.

Na segunda parte do artigo o autor enfatiza os procedimentos arquitetônicos dominantes em que é analisada a organização do espaço construído da cidade na sua relação com a problemática ambiental no qual trata das tipologias mais frequentes de edificações. Essas tipologias estão distribuídas pela cidade de maneira não homogênea. Ocorrem situações de visível segregação assim como áreas onde se combinam duas ou mais tipologias (SILVA, 1991).

Vejamos como o autor analisa os lotes auto-construídos e as favelas:

a) *Lotes auto-construídos de periferia* - essa é uma tipologia bastante segregada. Ela tem como base de localização aqueles loteamentos periféricos destinados à população de baixa renda. A aquisição de pequenos lotes à prestação em bairros longínquos e a auto-construção constituem a estratégia de acesso à moradia desta população. À medida em que o bairro se consolida nos limites da cidade se tornam mais distantes, mas o bairro, ao menos numa primeira etapa, não perde sua característica popular. Essa tipologia está localizada em bairros que se formaram, em muitos casos, a partir de loteamentos irregulares ou clandestinos. As áreas livres de caráter público são como já visto raras ou já ocupadas por favelas. Arborização das ruas inexistente. Os lotes são inteiramente ocupados com uma frequência muito grande de desrespeito a legislação urbanística. (SILVA, 1991 p.83).

b) *Favelas* - na tipologia das favelas há um rompimento do padrão corrente de ocupação lote a lote. Em geral as áreas faveladas são terrenos de maiores dimensões intensamente ocupados. Nessa tipologia, mais que em outra qualquer se evidencia o déficit habitacional como um dos principais problemas ambientais do município. (...) Por se tratar de assentamentos totalmente clandestinos, boa parte das favelas acaba acontecendo em lugares onde encontram menor resistência institucional à sua instalação. Isso explica grande parte delas localizar-se em áreas públicas e/ou em áreas altamente impróprias para a ocupação edificada (SILVA, 1991 p.84).

O artigo de Luis Octávio da Silva agrega a esse referencial teórico por meio das tipologias de ocupação territorial, pois consegue caracterizar os diferentes jeitos de morar na cidade a partir da situação socioeconômica, destacando-o como fator de segregação socioespacial, além da problemática dos impactos ambientais que o avanço populacional vem ocasionando nas cidades, como em São Paulo.

Por fim, as publicações obtidas junto aos órgãos públicos da Prefeitura Municipal, como o Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1997) delimitam a temática no que se refere, especificamente, ao espaço urbano de Porto Alegre.

Essas obras contêm informações muito relevantes, pois além de definirem os parâmetros de urbanização informal, também contêm análises da situação atual da área de estudo por meio da delimitação de zoneamentos em que se considera a situação urbanística e ambiental do Município. Essas leituras auxiliam a entender o processo de formação da favela como um resultado da evolução urbana com seus erros e acertos à medida que faz conviver no mesmo lugar classes sociais distintas que se toleram.

2.3. O Processo de Segregação Socioespacial

Por mais complexa que seja a relação no meio urbano essa se explica pela necessidade de se ocupar territórios e delimitá-los por seus méritos e sua valorização, daí a segregação do espaço tornou-se um foco de interesse, pois reflete o comportamento da sociedade, suas particularidades e expressões. As obras apóiam esse trabalho, no sentido de fazer fluir as reflexões sobre o meio em que se vive, no quanto é importante ver além das aparências físicas do local e a desenvolver um novo olhar para os contextos geográfico e histórico que deram origem ao processo de favelização em Porto Alegre. Como toda grande metrópole, fatores econômicos e sociais fizeram da pequena província do sul do país um polo de atração populacional de imigrantes provenientes principalmente do interior do estado, que ocuparam todos os cantos e se acomodaram de acordo com as suas possibilidades.

Como ocorre a todo ambiente modificado e retrabalhado pela ação do homem, as características do meio urbano na atualidade satisfazem as expectativas dos agentes hegemônicos, independentemente de ser adequada aos demais, por isso a cidade nunca atende a todos; ou seja, a cidade segrega usos, atividades e comunidades, o que gera um caráter contraditório à urbe. Porque como a sociedade é dividida em classes sociais, a cidade se torna uma representação de cada uma dessas classes, logo os bairros referenciam essas parcelas qualificadas economicamente, e com isso podemos notar a cidade dos remediados e a cidade dos depauperados. Temos essa percepção pela categoria das construções, pelo traçado urbano, pela acessibilidade das vias, pelo fluxo de veículos por uma série de detalhes que constituem esse tecido urbano.

Nesse trabalho temos como foco a problemática da favela que se instala em uma área de proteção ambiental, das implicações que isso desencadeia no sentido de causar degradação ambiental e humana, pois “os favelados” sofrem com preconceito de morar em “área verde”, e por desconhecimento acabam colaborando para os impactos ambientais negativos nos locais em que residem. Como nesse trecho selecionado da obra de Souza:

“À pobreza urbana e à segregação residencial podem ser acrescentados outros problemas, não raro intimamente associados com elas duas. Um deles é a degradação ambiental, em relação à qual, aliás, se percebe, em cidades como as brasileiras, numa interação entre problemas sociais e impactos ambientais de tal maneira que vários problemas ambientais, que irão causar tragédias sociais (como desmoronamentos e deslizamentos de encostas, enchentes e poluição atmosférica), têm origem em problemas sociais ou são, pelo menos, agravados por eles” (SOUZA, 2003, p.84).

Esse referencial teórico faz a transição do real para o literário, pois traduz as situações vividas por milhares de moradores de vilas que estão relegados à pressão social, discriminação e à violência das favelas. O estereótipo de abandono dos “aglomerados subnormais” reforça a necessidade de interpretar essa realidade e de intervir no sentido de buscar soluções, de aproximar os elementos que compõem a sociedade com o intuito de torná-la menos desigual. Como uma tentativa de sanar as dificuldades enfrentadas pelas populações de baixa renda, políticas como a implantação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, procuram incentivar o engajamento dessas comunidades como forma de alcançar benefícios sociais como a regularização fundiária, o acesso a rede de saneamento básico, distribuição de água e luz de forma adequada a todos.

Harvey (1975), por sua vez, explica o significado da segregação:

_ as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer (market capacity) e estado de consciência;
_ diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para adquirir oportunidades de ascensão social. As oportunidades, como educação, podem estar estruturadas de um modo que um bairro de classe operária seja “reproduzido” em outro bairro ou no mesmo bairro na próxima geração. A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos morais, lingüísticos, cognitivos e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo. A estabilidade de um bairro e dos seus sistemas de valores leva á reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residências;
_ segregação significa diferencial de renda real – proximidade ás facilidades da vida urbana, como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais etc.;

e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura etc. Se já há diferença de renda monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito à renda real (HARVEY, 1975, p.362).

2.4. As Áreas Sociais

Sobre o processo de segregação, Corrêa (2005) destaca como as áreas sociais se formam e se reproduzem entre os diferentes grupos sociais. São ressaltados os aspectos de distinção e similaridades de sua relação com o comércio; ou seja, a divisão econômica do espaço, mas principalmente entre as classes sociais e o espaço. São levantados conceitos como o da segregação espacial definido como sendo um processo que se caracteriza pela concentração de tipos de população dentro de um dado território.

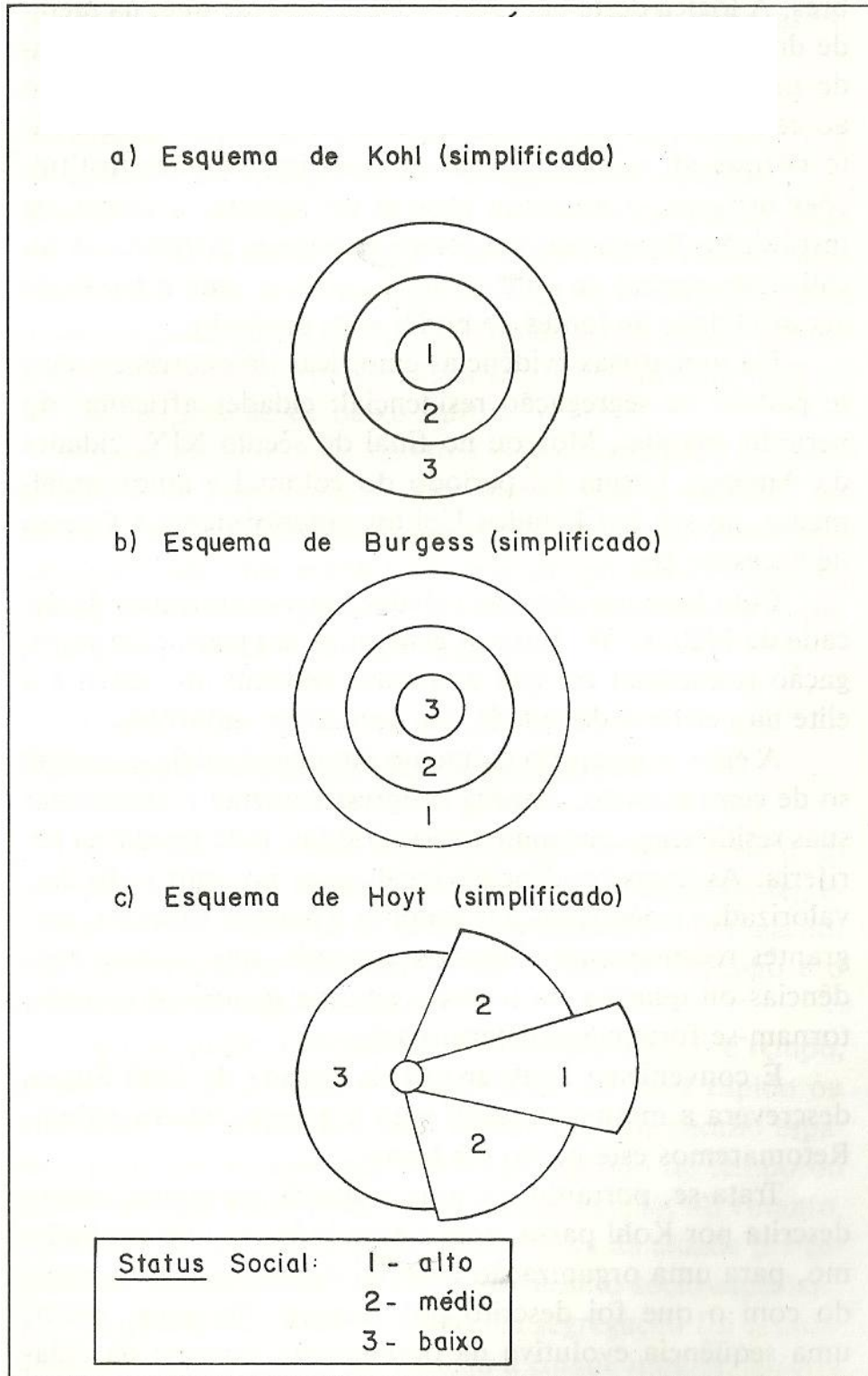
Essa descrição é muito próxima da que temos nas metrópoles brasileiras em que as favelas se distinguem do seu entorno entre as demais, pois abrigam grupos sociais diferentes com históricos dos mais diversos; gerando uma competição por espaços de dominação e por visibilidade de sua cultura. As áreas ocupadas por diferentes classes sociais se diferenciam por status socioeconômico (renda, o status ocupacional, instrução, etc.), a uniformidade de áreas origina áreas sociais (CORRÊA, 2005).

2.5. Os Padrões Residenciais

Os padrões residenciais consistem em separar por classes sociais as áreas da cidade que, por consequência, originam padrões espaciais. Essa separação ocorre de forma lógica e não aleatória; para isso foram estabelecidos modelos de segregação do espaço da cidade por meio das residências de acordo com cada classe social. São três os padrões de segregação residencial e são conhecidos pelos nomes daqueles que os formalizaram por meio de evidências empíricas sobre a distribuição espacial das classes sociais e suas frações na cidade, os denominados modelos de Köhl, de Burgess e de Hoyt.

A Figura 2 descreve esses modelos de modo muito simplificado. O primeiro modelo (2a) remonta ao período em que o capitalismo ainda não tinha a expressão de hoje em dia, por isso por motivos óbvios a elite se localizava no centro próximo dos poderes públicos e das benesses que a cidade oferecia, pois as distâncias do poder se caracterizavam como um sinônimo de atraso, na cidade pré-industrial. Isto é, os pobres estavam na periferia ao passo que a elite se estabelecia no centro por uma questão de acessibilidade às fontes de poder e de prestígio, conforme formulado em 1841 pelo geógrafo alemão J. G. Köhl.

Figura 2- Modelos clássicos de segregação residencial



Fonte: CORRÊA, 2005.

Em 1920, E.W. Burgess generaliza um padrão em que os pobres residem no centro e as elites na periferia da cidade (modelo 2b), em aprazíveis subúrbios. Enquanto isso os pobres passam a utilizar os locais abandonados o que acaba por desvalorizá-los e torná-los fortemente deteriorados,

esse processo foi visto como uma evolução na organização espacial da segregação no período industrial do capitalismo, característico das metrópoles norte-americanas.

Segundo o modelo de Hoyt, de 1939, a segregação espacial não assume um padrão de círculos, mas de setores a partir do centro (modelo 2c), deste modo as áreas residenciais de alto status localizam-se nos setores de maiores amenidades, achando-se cercadas pelos setores de população de médio status. Diametralmente oposto encontra-se um amplo setor habitado pela população de baixo status. Hoyt destaca a tendência auto segregativa em que a população de alto status se expande ao longo de um eixo de circulação que corta as melhores áreas da cidade, de onde pode exercer um efetivo controle de seu território (CORRÊA, 2005).

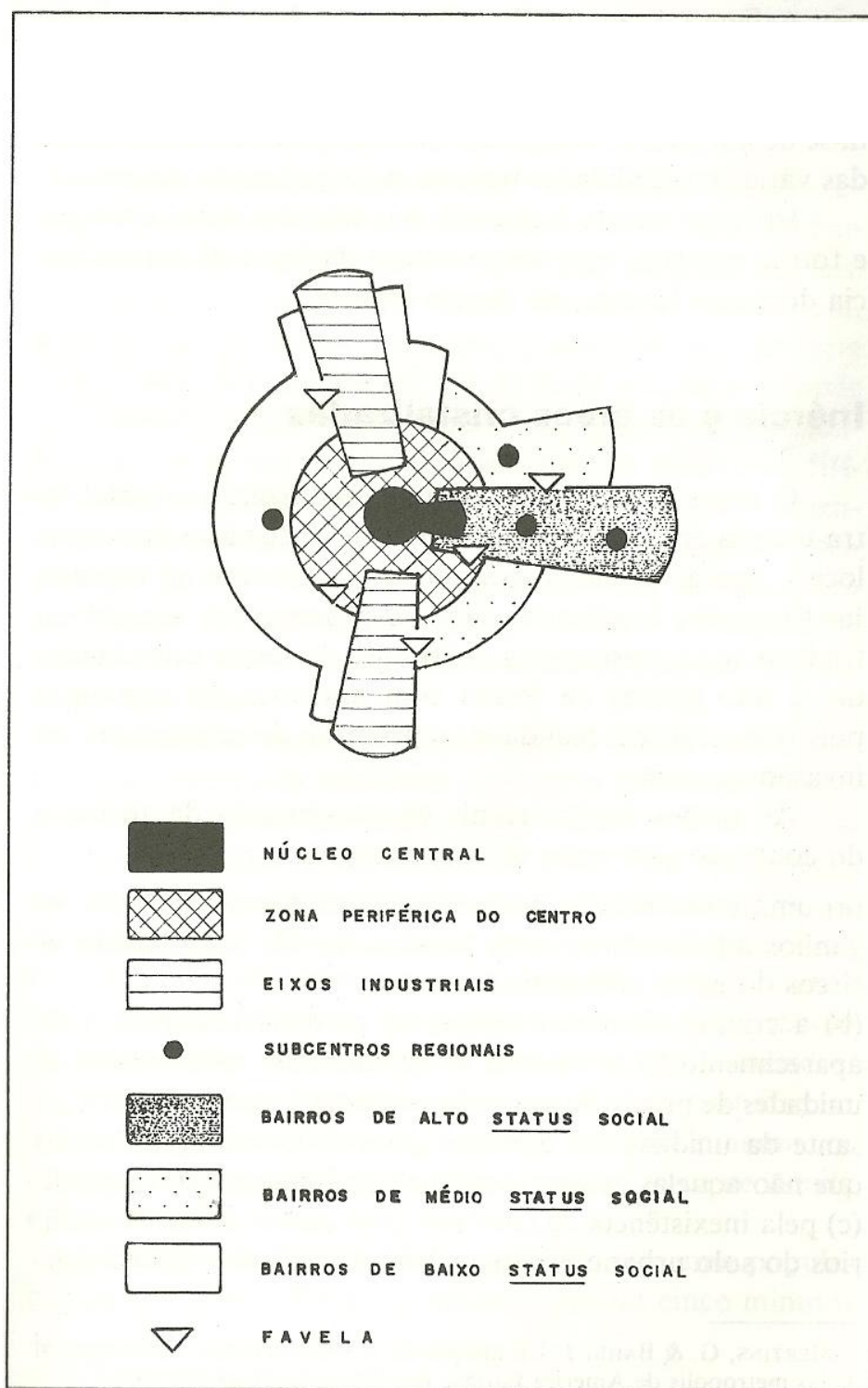
Os padrões anteriores comentados, Köhl, Burgess, e Hoyt, podem ser vistos, em realidade, como possibilidades teóricas e não como padrões, caracterizados cada um pela exclusividade descritiva da realidade urbana. Nenhum exclui o outro, podendo conviver entre si, configurando o mesmo espaço urbano. Cada um deles, contudo, pode ocorrer em sua plenitude relativa, como foi o caso, sobretudo do padrão identificado por Kohl, que marcou, por muito tempo, numa fase pré-industrial, a organização espacial intra-urbana (CORRÊA, 2005).

A coexistência dos três padrões aparece claramente na grande cidade latino- americana. A este respeito o trabalho de Yujnovsky é notável. Segundo ele, a cidade da América Latina passou por três períodos, conforme ilustra a Figura 3. O primeiro remonta ao período colonial, conforme o padrão de Köhl, legitimado pela Lei das Índias.

O segundo padrão é representativo do período de 1850 a década de 1930, com a independência e as atividades de exportação as cidades foram afetadas e modificaram-se em seu caráter funcional, social e espacial. Com o surgimento da valorização da propriedade da terra e com o aparecimento de uma classe média emergente, a posse da terra torna-se dominante. Ocorre, gradativamente, um abandono do centro das cidades pelas elites e um empobrecimento do centro, pois com a mudança da elite para as chácaras as mansões se transformam em cortiços.

Assim, após 1930, inicia-se a eleição dos setores preferenciais das populações de status. Ao mesmo tempo, o processo migratório se acentua, culminando num poderoso processo de periferação, com loteamentos populares e autoconstruções, ou na difusão de conjuntos habitacionais, também periféricos, construídos pelo Estado. A expansão das favelas é também notável, principalmente após a década de 1940 (CORRÊA, 2005).

Figura 3 - Padrão latino-americano de organização espacial urbana



Fonte: CORRÊA, 2005.

A Figura 3, adaptada de Mertins & Bähr apud Corrêa (2005), procura retratar o padrão básico de organização espacial da grande cidade latino-americana na segunda metade de século XX. Trata-se de um padrão complexo, que comporta a concretização das várias possibilidades teóricas

de organização espacial (CORRÊA, 2005).

Esses modelos de segregação contribuem para o entendimento da formação das cidades que se caracteriza numa sucessão de mudanças oriundas das diversas formas de organização que o espaço sofreu ao longo da história em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. Esses modelos, associados aos estudos sobre a organização espacial, são o cerne deste trabalho, pois explicam como a estruturação do espaço urbano é estabelecida e pensada pela classe dominante que detém o poder econômico e, muitas vezes, político que influencia na divisão do trabalho no setor produtivo e na segregação das áreas sociais. Ou seja, as classes de alta renda assumem também a responsabilidade de atuar diretamente na reprodução dos espaços enquanto determinantes da classe, uma vez que incentivam a concentração das classes de alta renda em locais apazíveis que oferecem amenidades, como nos modelos de Köhl, Burgess, e Hoyt.

As classes de alto status fazem as escolhas de acordo com seus interesses, enquanto que as classes de baixa renda não têm alternativas e acabam se alojando em locais impróprios para a moradia, como as favelas. Conseqüentemente, essa parcela da população fica afastada dos equipamentos públicos de saneamento, lazer, saúde, de educação de qualidade, o que faz com que as gerações subseqüentes reproduzam a realidade proletária dos seus antecessores; que em verdade é o que determina a manutenção das desigualdades sociais.

3. A REGIÃO DE ESTUDO: A CIDADE DE TRANSIÇÃO

O município de Porto Alegre, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDUA, 1999 e 2010), está dividido em três grandes áreas: Área de Ocupação Intensiva (AOI), Área de Interesse Ambiental (AIA) e a Área de Ocupação Rarefeita (AOR), conforme apresenta a Figura 4. Essas áreas foram subdivididas em nove áreas menores denominadas Macrozonas que, por sua vez, estão subdivididas em Unidades de Estruturação Urbana (UEUs). Todas elas são identificadas por números que são a chave para localizar um imóvel no mosaico de mapas que espacializa todo o município.

Figura 4. Divisão do Município por Áreas de Ocupação



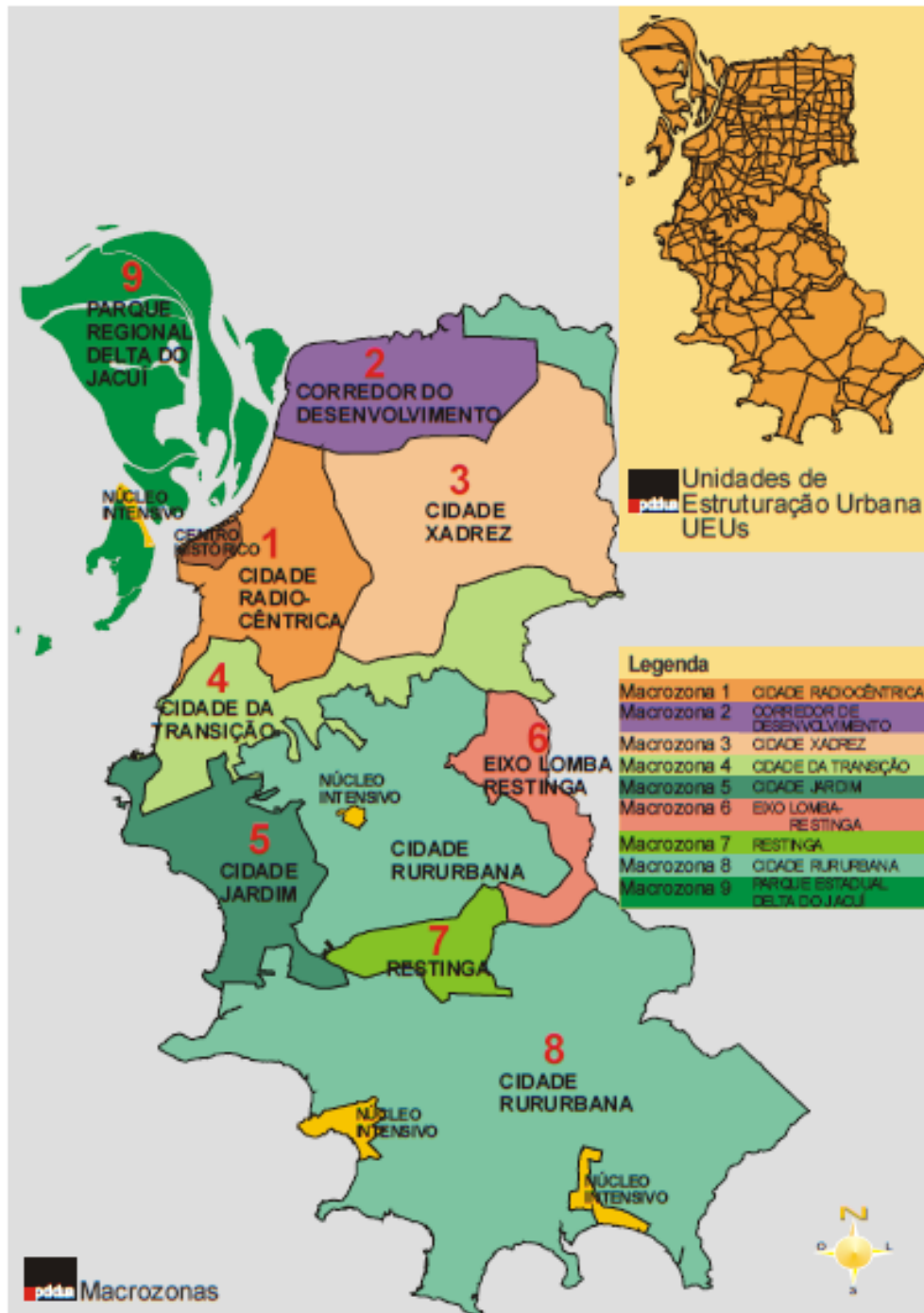
Fonte: Secretaria de Planejamento Municipal, 1999.

3.1. Caracterização da Macrozona 4

A Macrozona 4, denominada Cidade de Transição, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), é caracterizada por ser o “divisor de águas” da cidade de Porto Alegre, pois sinaliza mudanças de adensamento urbano e de estruturas paisagísticas em direção à zona sul (Figura 5). O Bairro Cristal se diferencia dos demais bairros que compõem a Macrozona da Cidade da Transição por não apresentar grandes limites físicos (morros) que separam a cidade de Porto Alegre. O seu “divisor de águas” parece ser mesmo o Hipódromo do Cristal que separa as duas “caras” do bairro.

CIDADE DE TRANSIÇÃO - é a denominação dada à *MACROZONA 4* do PDDUA. É uma zona intermediária entre a parte mais populosa da cidade e a linha dos morros, em direção ao sul do Município. Atinge bairros como o Glória, Partenon, Cristal, Nonoi e Cavallhada. Deve manter sua característica residencial e ter sua densidade controlada, conservando sua paisagem natural. (Secretaria do Planejamento Municipal).

Figura 5. Porto Alegre e suas Macrozonas com Bairros Vigentes



Fonte: Secretaria do planejamento municipal, 1999.

Por ser uma região com topografia menos acidentada que os demais bairros da Macrozona 4, ela abriga a foz do Arroio Passo Fundo. Este arroio corta diversos bairros até desaguar no Lago Guaíba. Apesar de não ter sido canalizado, o arroio encontra-se com um alto grau de poluição devido à grande carga de dejetos lançados sem tratamento em suas águas. A questão do saneamento é um dos grandes problemas da cidade de Porto Alegre como um todo, porém, o Arroio Passo Fundo ainda sofre com a grande quantidade de moradias irregulares em suas margens. A maior parte da mata ciliar foi removida causando problemas de assoreamento, riscos de enchentes e de pequenos desmoronamentos que podem afetar as moradias próximas. A deterioração da qualidade das águas também acarreta em doenças que afetam a população, causada pela grande quantidade de insetos e ratas que se proliferam no local.

O bairro Cristal, pertencente à Região de Orçamento Participativo 11, denominada Cristal, apresenta 30.220 habitantes, representando 2,22% da população do município. Com área de 3,92 km², representa 0,82% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 7.709,18 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 3,7 % e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 9,4 salários mínimos (Observatório de Cidades, Porto Alegre, 2009).

Segundo o Observatório de Porto Alegre (Observa POA) o Bairro Cristal foi instituído pela Lei nº 2022 de 07/12/1959. Existem duas versões ligadas ao nome do Bairro. A primeira diz que o General Bento Gonçalves possuía uma Estância na Região com o nome de Cristal e a outra que, no espaço onde se consagrou o bairro, havia uma rica concentração de quartzos, que brilhavam no solo da região parecendo cristais. O Cristal está localizado na Zona Sul da Cidade de Porto Alegre. As principais vias de acesso ao Bairro são pelas Avenidas Icaraí e Diário de Notícias que permitem o acesso a outras avenidas importantes para cidade. Entre elas cabe destacar a Av. da Cavallhada, Av. Teresópolis, Av. Otto Niemeyer e a Rua Dr. Campos Velho (que permite o acesso a Avenida Nonoai). O transporte coletivo é feito principalmente pelo consórcio STS, onde a Av. Icaraí recebe a maioria das rotas para Zona Sul, a região é bem servida com relação ao transporte coletivo.

A Macrozona 4 – Cidade de Transição tem a característica de apresentar como limite físico alguns morros que “separam” a cidade. Uma região de transição entre a Cidade Xadrez e a parte mais “rural” de Porto Alegre, a denominada Área de Ocupação Rarefeita (AOR). A Cidade de Transição é marcada pela predominância de residências com densidades variadas devido a sua topografia acidentada, apresentando algumas áreas com habitações que possuem fácil acesso ao Lago Guaíba, contrastando com moradias mais simples próximas aos morros que se transformaram ao longo dos anos em vilas que ficaram conhecidas principalmente, pelo alto índice de violência.

O Bairro Cristal é constituído basicamente por casas populares, algumas muito antigas, e por possuir poucos prédios verticais. Por ser uma área próxima ao Guaíba, apresenta algumas moradias de alta renda. Já nas proximidades das áreas mais elevadas (morros) e junto ao Bairro

Nonoai, é possível visualizar-se diversas habitações de renda média baixa. Muitas dessas moradias foram construídas sem nenhum planejamento, sobre áreas verdes de Porto Alegre, em regiões próximas a cursos de água e de declividade acentuada.

Na área com maior poder aquisitivo é possível observar-se alguns equipamentos que destoam das demais tipologias do local, como por exemplo, A Hospedaria dos Imigrantes, uma grande casa de formato quadrangular, o Hipódromo do Cristal, e dos empreendimentos como o Big Cristal e mais recentemente o Barra Shopping Sul. Também merece destaque o local onde se encontrava o antigo Estaleiro Só, às margens do Guaíba que teve grande repercussão na mídia devido ao tipo de uso que seria atribuído a sua área. Além do Museu Iberê Camargo e uma série de clubes náuticos às margens do Lago Guaíba que são destinados a classes de maior poder aquisitivo de Porto Alegre.

O Hipódromo do Cristal é um divisor de águas no Bairro do Cristal. Para o oeste ficam todos os equipamentos e empreendimentos citados e que buscam atender as necessidades da população em geral (caso do hipermercado BIG e do Barra Shopping Sul). Também é uma área que nos últimos anos vem recebendo diversos investimentos imobiliários com a construção de alguns condomínios fechados destinados à população de renda média alta que é atraída pela boa infraestrutura que essa parte do bairro oferece. No entanto, na parte leste do Hipódromo encontra-se uma série de vilas com sérios problemas de segurança e infraestrutura urbana que ficaram “esquecidas e escondidas” da população de Porto Alegre. Segundo os dados do banco estatístico do Observatório de Porto Alegre, o Bairro Cristal conta com aproximadamente 30.220 habitantes (Observatório de Cidades, Porto Alegre, 2009).

O Bairro Cristal apresenta uma variedade de tipos de residências, inclusive muitas vilas com moradias em condições precárias e com altas taxas de violência. Contudo, as delegacias de polícia estão localizadas no entorno do bairro o que dificulta os chamados urgentes que ocorrem nas áreas próximas às vilas. A segurança parece se concentrar no entorno da área comercial e dos condomínios, deixando a população com menor renda em segundo plano. Outro ponto preocupante em relação à segurança diz respeito à rede elétrica. Devido ao elevado número de moradias irregulares é possível observar-se que existem muitos casos de roubo de energia através de fiações irregulares que não contam com nenhuma fiscalização. Sabemos que este é um problema urbano de difícil solução, entretanto, o mais preocupante é que não existe equipamento do corpo de bombeiros dentro ou próximo do bairro, que possa atender com rapidez a acidentes mais sérios no interior destas vilas.

Fica evidente que a maioria da população do Bairro Cristal tem pouco acesso às áreas culturais do bairro. No entanto, o maior problema está nas péssimas condições da maioria das moradias que fazem parte das vilas existentes. Não se pode falar em segurança e lazer sem garantir

primeiro aos moradores a dignidade mínima exigida para se viver em sociedade.

A partir de programas de regularização fundiária seria possível aplicar as recomendações do Parágrafo único do Artigo 1º da Lei 10.257/01, o Estatuto da Cidade, onde fica explícito que é papel do poder público zelar pela segurança e o bem estar dos cidadãos (BARROS, CARVALHO e MONTANDON, 2003). Com a legalização das propriedades seria viável investir na regularização das redes de abastecimento (água e luz) e na coleta de lixo e esgoto doméstico. Esses investimentos contribuiriam para amenizar outros problemas do bairro como a falta de coleta e tratamento do esgoto que é despejado diretamente no arroio Passo Fundo.

Os problemas ambientais do bairro estão diretamente ligados à questão da regularização fundiária. Além da poluição doméstica do arroio, a região sofre com o avanço das moradias sobre as áreas verdes, nas margens do arroio e nas encostas dos morros. Sabemos que é quase uma utopia impedir que a população avance sobre essas áreas, porém, com maior controle e fiscalização seria possível transformar essas áreas em praças ou até mesmo parques que servissem com área de lazer para essa população que não tem acesso às áreas de recreação próximas ao Lago Guaíba.

A questão da regularização fundiária é bastante complexa de se resolver. Entretanto, o próprio Bairro Cristal já demonstrou que é possível avançar com organização, pois foi no bairro que surgiu o movimento em defesa da regularização do Estaleiro Só. Garantir a propriedade e o acesso aos bens do Bairro (e da Cidade) por todos os membros da sociedade deveria ser a principal meta de todo governo municipal.

Outro ponto que merece atenção no bairro diz respeito ao avanço dos condomínios horizontais. As empresas imobiliárias fazem aquisição de lotes na região para realizar estes grandes empreendimentos e acabam expulsando, aos poucos, a população que durante muitos anos ocupou o Bairro Cristal. No Estatuto da Cidade está previsto que o poder público pode aplicar medidas para garantir o direito de posse da população “O Estatuto permite também que sejam implantados mecanismos que impeçam a posterior expulsão dos moradores dos núcleos regularizados por segmentos sociais de maior poder econômico, atraídos pela valorização desses terrenos” (BARROS, CARVALHO e MONTANDON, 2003). Esta seria uma medida importante para evitar que a população de menor poder aquisitivo seja “retirada” das áreas que recebem grandes investimentos e são cobiçadas pelas empresas imobiliárias. Pois com estes investimentos a população com menor renda acaba se deslocando para áreas menos nobres e com menor infraestrutura.

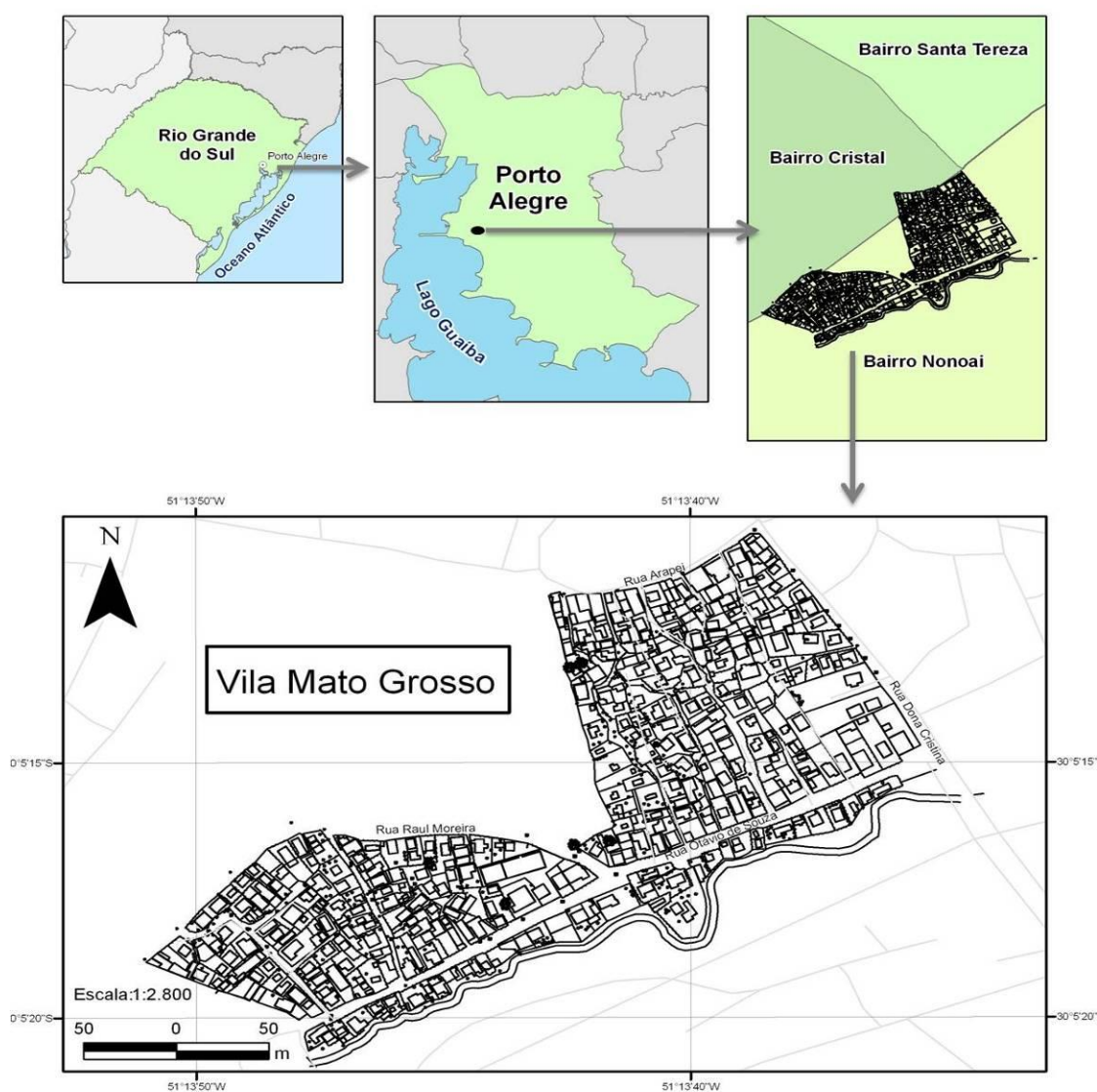
Por sua vez, o bairro Nonoai pertence à Região de Orçamento Participativo 12, Centro-Sul e tem 21.393 habitantes, representando 1,57% da população do município. Com área de 4,38 km², representa 0,92% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 4.884,25 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 2,8 % e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 9,4 salários mínimos (Observatório de Cidades, Porto Alegre, 2009).

3.2. Caracterização da Vila Mato Grosso

A área de estudo localiza-se entre os bairros Cristal e Nonoai, entre duas regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre: a região Cristal e a região Centro Sul, conforme indica a Figura 6.

De acordo com a regionalização do Demhab (Departamento Municipal de Habitação), essa vila faz parte da Região do Orçamento Participativo 10 – Cruzeiro, também conhecida como Grande Cruzeiro, conforme mostra a Figura 6. Assim, ainda que não faça parte institucionalmente da Região Cruzeiro, a Vila Mato Grosso foi anexada devido às suas características socioeconômicas e pela forma como se deu a distribuição populacional na área.

Figura 6. Localização da Vila Mato Grosso



Fonte: Elaboração da autora, 2009.

3.2.1. Breve Histórico

Em meados da década de 1980, a Vila Mato Grosso era uma área pouco habitada na zona sul de Porto Alegre. Esse local não oferecia os equipamentos públicos mínimos à habitação, como água encanada e luz elétrica; tratava-se de uma área irregular, contudo, os terrenos eram amplos e de baixo custo. Havia uma pequena associação de moradores que se encontrava em total estagnação e sem perspectivas.

Naquele tempo, a maioria das famílias vinha do interior do Estado, de localidades como São Gabriel, São Luis Gonzaga, Santa Cruz do Sul, entre outras. Os moradores recém chegados, em conjunto com outros habitantes mais antigos, percebendo as dificuldades como a de ter de buscar água em uma torneira a mais de 200 metros de casa, decidiram se organizar para pleitear junto ao governo municipal obras que eram indispensáveis, como a rede de energia elétrica que chegava de uma rua distante de nome Márcio Dias, “partilhada” entre os vizinhos desconhecidos.

Os moradores mais antigos entrevistados citam que “(...) aqui era tudo mato, não tinha nenhuma dessas casas aí, do lado do arroio.” Os moradores reivindicavam a maior visibilidade frente às ausências de equipamentos públicos que tornava a vida sacrificante. Através de reuniões com os representantes do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), eram discutidas as melhorias que a comunidade carecia. Ao longo de duas décadas os projetos foram sendo implementados como, por exemplo, obras de abertura das vias, asfaltamento, encanamento do esgoto e distribuição de água e luz, conforme as demandas da população. Nesse período, ocorreu o primeiro Levantamento Topográfico e Cadastral dos lotes para o início do processo de regularização fundiária da Vila Mato Grosso, efetuado pelo DEMHAB em 1995.

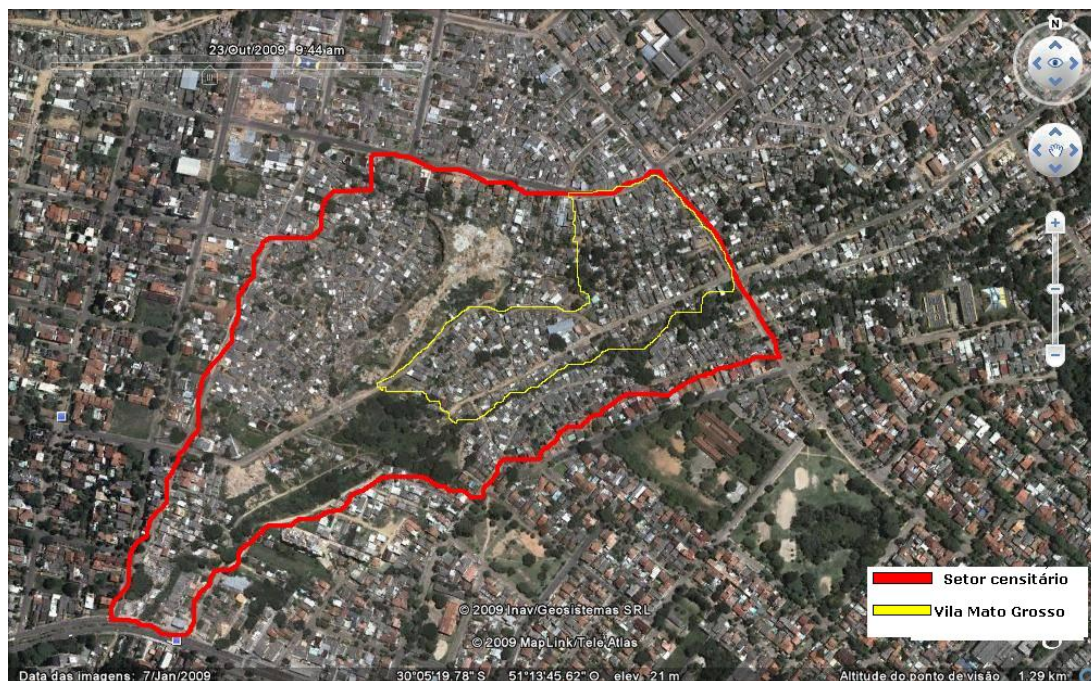
Contudo, com o falecimento de um dos líderes comunitários em 1996, houve novo período de estagnação. Atualmente a comunidade sofre com problemas como a desarticulação dos representantes políticos e a falta de uma liderança que seja capaz de fazer a interface - dos interesses da comunidade - nas assembléias promovidas pelo Orçamento Participativo - OP.

O levantamento topográfico e cadastral realizado em 1995, coordenado pelo DEMHAB e realizado pela empresa ENCORP– Consultoria e Assessoria Ltda., identificou 361 lotes. O levantamento citado foi executado atendendo à demanda do Orçamento Participativo. Como não houve outras demandas referentes à habitação e regularização fundiária, o Demhab não executou outros levantamentos no local. A área possui gravame de AEIS (Área Especial de Interesse Social), conforme estabelece a Lei 8.150/98.

3.2.2. Principais Demandas da Comunidade

A Vila Mato Grosso, localizada entre os bairros Cristal e Nonoai, que corresponde ao traçado em amarelo, possui várias situações que requerem reassentamento, em especial as edificações que estão em área de preservação ao longo do arroio Passo Fundo e sobre o leito de via projetada da Avenida João Pinto da Silva, conforme apresenta a Figura 7 (DEM HAB, 2008).

Figura 7. Imagem de satélite de alta resolução da área de estudo – 2009.



Fonte: Sítio eletrônico do GoogleEarth, acesso em 07/ Jan/ 2009.

Como são poucas as demandas previstas para a Vila Mato Grosso, decorrentes da falta de mobilização da comunidade para os encaminhamentos das reuniões do Orçamento Participativo, as obras nessa área estão estagnadas e sem previsão de melhorias desde 1995, quando foi realizado o último levantamento topográfico pelo Demhab.

Como se trata de uma área de ocupação irregular, pois está no entorno de um arroio, a alternativa cabível é a remoção dessas famílias para outro local apropriado para o uso residencial. Pois, segundo a legislação ambiental, deve-se respeitar um limite de 30 metros tanto da margem direita quanto da margem esquerda, de acordo com as dimensões do arroio Passo Fundo. As famílias que moram nas margens do referido arroio sofrem com as cheias, pois estão em local inadequado para a instalação de moradias, conforme apresenta a Figura 8.

Segundo Abraão (2002),

As áreas de preservação ambiental estão definidas através de diferentes instrumentos legais e nos âmbitos hierárquicos administrativos, federal, estadual e municipal. Em nível federal temos como dispositivos legais para a regulamentação das áreas a serem preservadas, o Código Florestal Brasileiro, a Resolução do CONAMA 4/85 e a Lei de Parcelamento de Uso do Solo. Para o âmbito estadual temos como dispositivo regulamentador o Código Estadual de Meio Ambiente. E para o nível municipal, temos o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA. (apud. ABRAÃO, 2002).

Figura 8 – Ocupação das margens do Arroio Passo Fundo – Porto Alegre (RS)



Fonte: Fotografia de Janaina Teixeira, 2007.

A área de estudo está situada entre os setores censitários 789, 791, 792, 813, 814 e 815 do Censo Demográfico de 2000, com as respectivas atualizações, pois houve mudanças nos censos de 1991 e o de 2000, bem como na PNAD de 1996. Nesse caso, para a devida compreensão e integração dos dados fizemos, em parceria com técnicos do IBGE do Rio Grande do Sul, a relação entre os setores censitários de forma que tivessem correspondência no tempo e no espaço, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Compatibilização de número de setores censitários dos anos de 1991, 1996 (PNAD) e de 2000.

Setores Censitários Atuais	Ano 1991	Ano 1996	Ano 2000
789	1381	1381	789
791	1873	1873	791
792	1379	1379	792
813	1380	1380	813
814	1380	1380	814
815	1380	1403	815

Fonte: Elaboração da autora, baseado em pesquisa no IBGE, Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, 2009.

Segundo a definição do IBGE,

[...] o setor censitário é a unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta, percorrida por um único recenseador, contínua e situada em área urbana ou rural de um mesmo distrito, em função do perímetro urbano (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal) (IBGE, 2002).

As vilas irregulares geralmente são compostas por lotes autoconstruídos, pois em virtude da lentidão no ajuste e regulamentação dos lotes, as adaptações são feitas de acordo com as necessidades desta população que, alheia às normas técnicas do regime urbanístico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), promove um aumento desordenado de suas construções, em grande parte através da expansão das moradias em áreas de risco.

O desrespeito à legislação urbanística e às Áreas de Preservação Permanentes - APPs, dos lotes autoconstruídos de periferia, está diretamente associado à incapacidade de gestão do poder público em relação às precárias moradias destinadas à população de baixa renda. A ocupação irregular ocorre nessas áreas há pouco mais de 30 anos. A Vila Mato Grosso apresenta-se intensamente ocupada devido ao déficit habitacional que acaba gerando problemas ambientais ao município.

As áreas ocupadas irregularmente são consideradas de pouco valor imobiliário, pois se localizam em encostas e áreas deprimidas topograficamente (Figuras 09 e 10), o que condiciona maiores custos de urbanização. Esses locais não são adequados para a habitação de acordo com os padrões urbanísticos previstos no PDDUA de Porto Alegre, pois se configuram como áreas de risco ou de preservação ambiental.

Figura 9 - Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)



Fonte: Fotografia de Janaina Teixeira, 2007.

Figura 10 – Acesso principal da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)



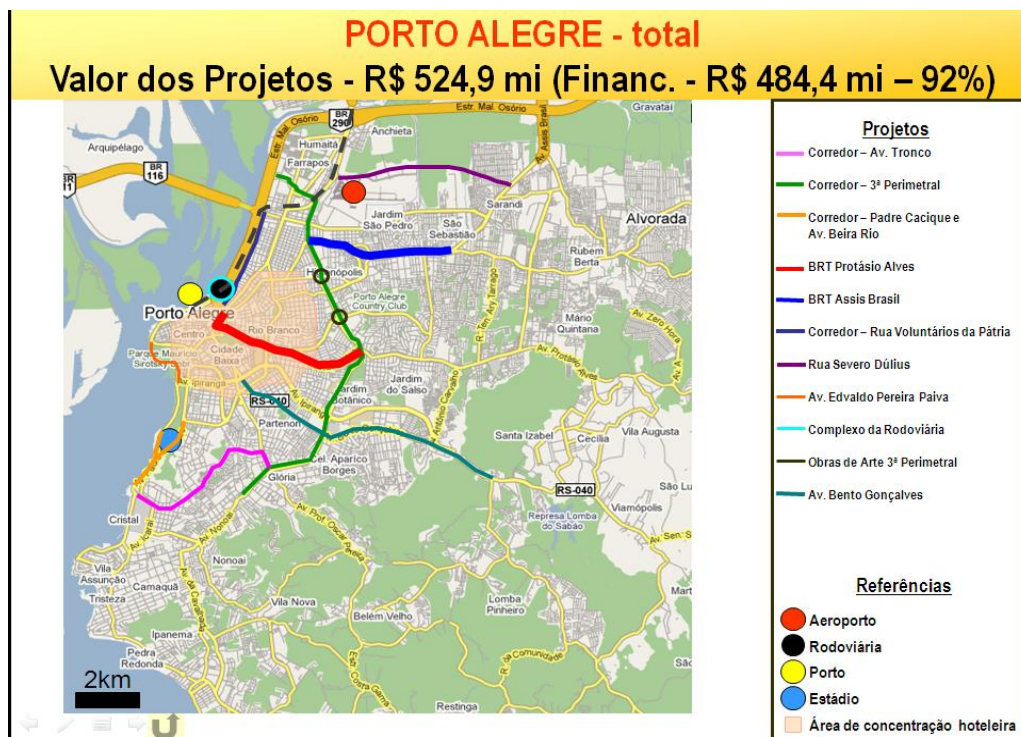
Fonte: Fotografia de Janaina Teixeira, 2007.

Uma das principais questões discutidas entre os moradores são as obras previstas nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa de 2014, pois acreditam que aqueles que residem às margens do arroio Passo Fundo serão realocados para outros locais da cidade, porém as informações não são esclarecedoras e circulam em nível de suposições e boatos.

Analisando-se os projetos previstos pelo governo municipal, o que mais se aproxima da área de estudo é a construção do Corredor Avenida Tronco orçada em R\$ 133,6 milhões (Ministério das Cidades, 2010) que, juntamente com os demais projetos, são divulgados nos meios de comunicação, bem como as grandes obras para toda a cidade gaúcha no Portal da Transparência – Copa 2014.

Contudo, até o momento, conforme informações levantadas junto à Coordenadoria do Orçamento Participativo estão sendo atendidas as demandas propostas em assembléia geral até 2010, sendo que das três demandas votadas e encaminhadas pelas lideranças comunitárias, duas já foram atendidas e a terceira está em análise junto ao Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), pois requer reassentamentos de moradias. A Figura 11 indica a espacialização dos principais projetos para a cidade de Porto Alegre em decorrência da Copa do Mundo, destacando-se, em primeiro lugar, o eixo do Corredor Avenida Tronco.

Figura 11. Projetos Previstos para Copa 2014 em Porto Alegre



Fonte: Ministério das Cidades, 2010.

4. LEVANTAMENTO SOCIOAMBIENTAL DA VILA MATO GROSSO

A partir do levantamento em campo, houve a aplicação de 75 questionários com moradores da Vila Mato Grosso. Adotou-se uma abordagem aleatória, identificando-se a precariedade em que vivem esses moradores, as dificuldades em se manterem na comunidade, pois estão constantemente apreensivos com a incerteza de morar em uma área de ocupação irregular (Figura 12).

Figura 12 – Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)



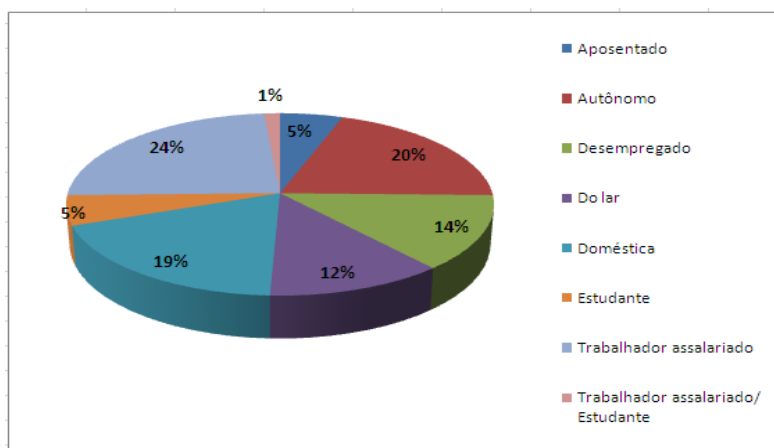
Fonte: Fotografia de Janaina Teixeira, 2007.

4.1. Perfil Socioeconômico

“O reconhecimento da cidadania é relativizado de acordo com a cor da pele, o nível de escolaridade, a faixa salarial e/ou o espaço de moradia dos residentes na cidade.” (SILVA, 2007, p.216).

A grande maioria dos entrevistados tem uma profissão, conforme indica o Gráfico 1, mas essa ocupação está muito longe de suas aspirações ou de atender suas necessidades básicas de sustento. Em termos percentuais, destacam-se os trabalhadores assalariados (24%), os autônomos (20%), as domésticas (19%) e os desempregados (14%).

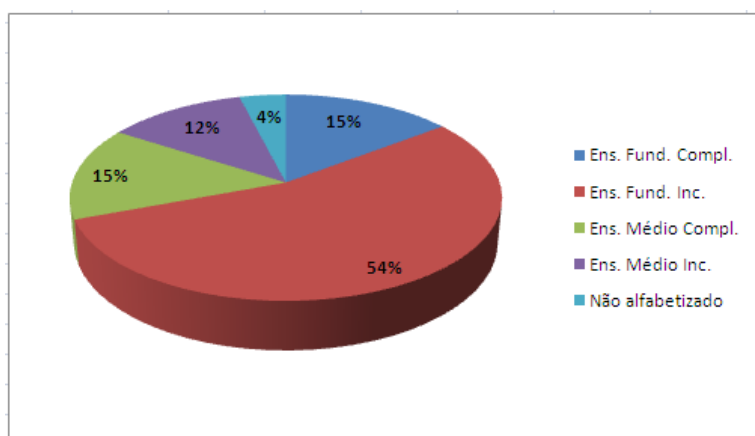
Gráfico 1 – Ocupação dos Moradores da Vila Mato Grosso (%)



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

O grau de escolaridade dos entrevistados é, em sua maioria, do ensino fundamental incompleto (54%), apresentando ainda moradores com grau de escolaridade fundamental e médio completo (15%). Os analfabetos são minoria (4%). Percebe-se que esse percentual de analfabetos se situa entre os entrevistados idosos com idade acima dos 60 anos, isso evidencia que nas grandes cidades as políticas para a alfabetização básica tem se mostrado efetivas, reduzindo as taxas de analfabetismo entre os jovens, no município. Contudo, esse dado também é um indicativo de que as pessoas com baixa renda familiar continuam abandonando os bancos escolares precocemente.

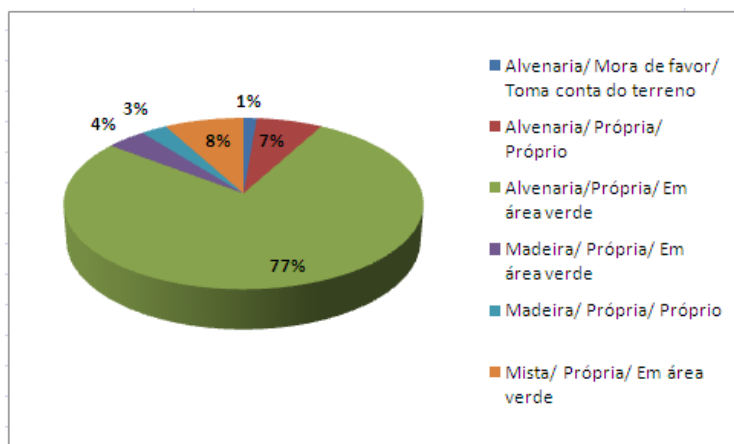
Gráfico 2 – Grau de Escolaridade dos Moradores da Vila Mato Grosso (%)



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

Esses indicadores comprovam uma forte correlação entre a precarização das condições de moradia da Vila Mato Grosso (Gráfico 3) e os baixos níveis de escolaridade de seus moradores. De fato, a maioria das habitações dos entrevistados foi construída sobre áreas verdes, o que comprova a sua insegurança no processo de remoção iminente.

Gráfico 3 – Tipologia de Moradias na Vila Mato Grosso (%)

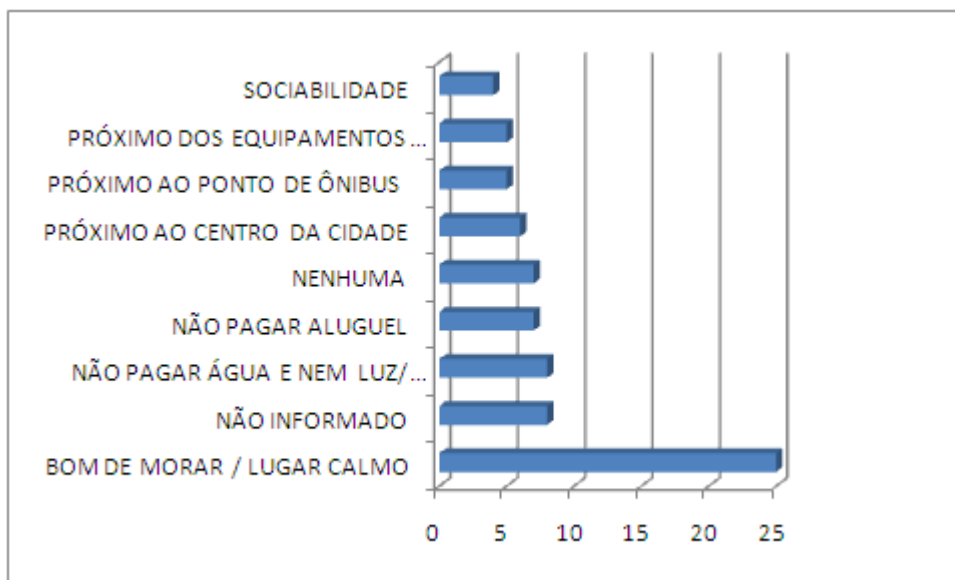


Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

4.2. Percepção Socioambiental

Com relação à elaboração das perguntas é importante ressaltar que essas eram colocadas de forma aberta para melhor captar as respostas dos moradores visando que as declarações corresse de maneira espontânea. Apesar das precárias condições de habitabilidade e de saneamento, grande parte dos entrevistados apresenta um sentimento de pertencimento com o lugar, uma territorialidade incipiente que se depreende quando informam que acham bom viver nesse local (Gráfico 4 e Quadro 2), pois moram desde a infância e por isso permanecem, ainda que a grande maioria dos entrevistados declare que se tivesse a oportunidade optaria por outro local para morar. As pessoas persistem morando nesse local, porém não fazem melhorias, somente pequenos reparos nas casas, pois acreditam que haverá a remoção em breve; porém, isso deve ser atribuído a desinformação dessa população.

Gráfico 4 – Percepção quanto às Vantagens de Morar na Vila Mato Grosso



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

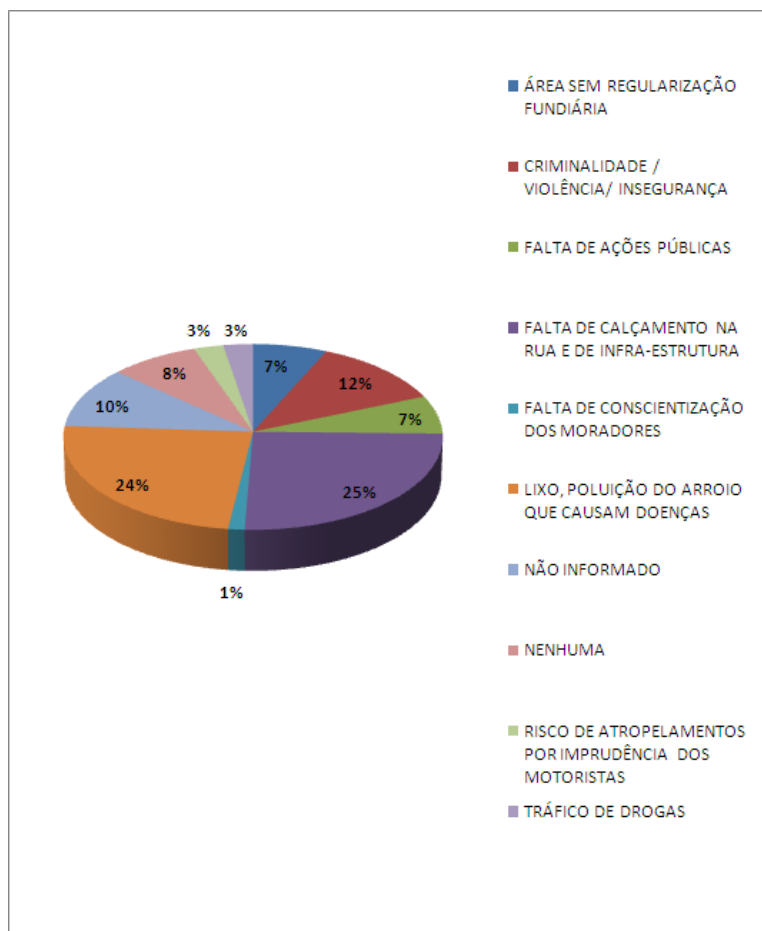
Quadro 2 – Detalhamento das Respostas apresentadas do Gráfico 4

RESPOSTAS A PERGUNTA:QUAL A VANTAGEM DE MORAR NESSE LOCAL ?	VALORES ABSOLUTOS	PERCENTUAL
BOM DE MORAR / LUGAR CALMO	25	33%
NÃO INFORMADO	8	11%
NÃO PAGAR ÁGUA E NEM LUZ/ IMPOSTOS	8	11%
NÃO PAGAR ALUGUEL	7	9%
NENHUMA	7	9%
PRÓXIMO AO CENTRO DA CIDADE	6	8%
PRÓXIMO AO PONTO DE ÔNIBUS	5	7%
PRÓXIMO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE	5	7%
SOCIABILIDADE	4	5%
Total geral	75	100%

Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

Por outro lado, quando se questiona quais as principais desvantagens de se viver na Vila Mato Grosso, os moradores entrevistados se dividem entre problemas de saneamento como o lixo e poluição do arroio (25%) e de infraestrutura (25%), além de relatar problemas de criminalidade, violência e insegurança (12%), entre outros fatores, conforme sintetiza o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Percepção da Maior Desvantagem de Residir em Área Irregular (%)



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

Os moradores relatam que a falta de arruamento dos acessos dificulta, por exemplo, a entrada de veículos como ambulância ou caminhão de bombeiros em situações de emergência, devido ao fato de as vias públicas serem estreitas pelo avanço irregular das construções dos vizinhos (Figura 13). Nesse caso, a aplicação das normativas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental junto com a regularização fundiária dos lotes poderia solucionar a questão da acessibilidade, pois assim os moradores teriam de respeitar os limites do Regime Urbanístico estipulado pela prefeitura.

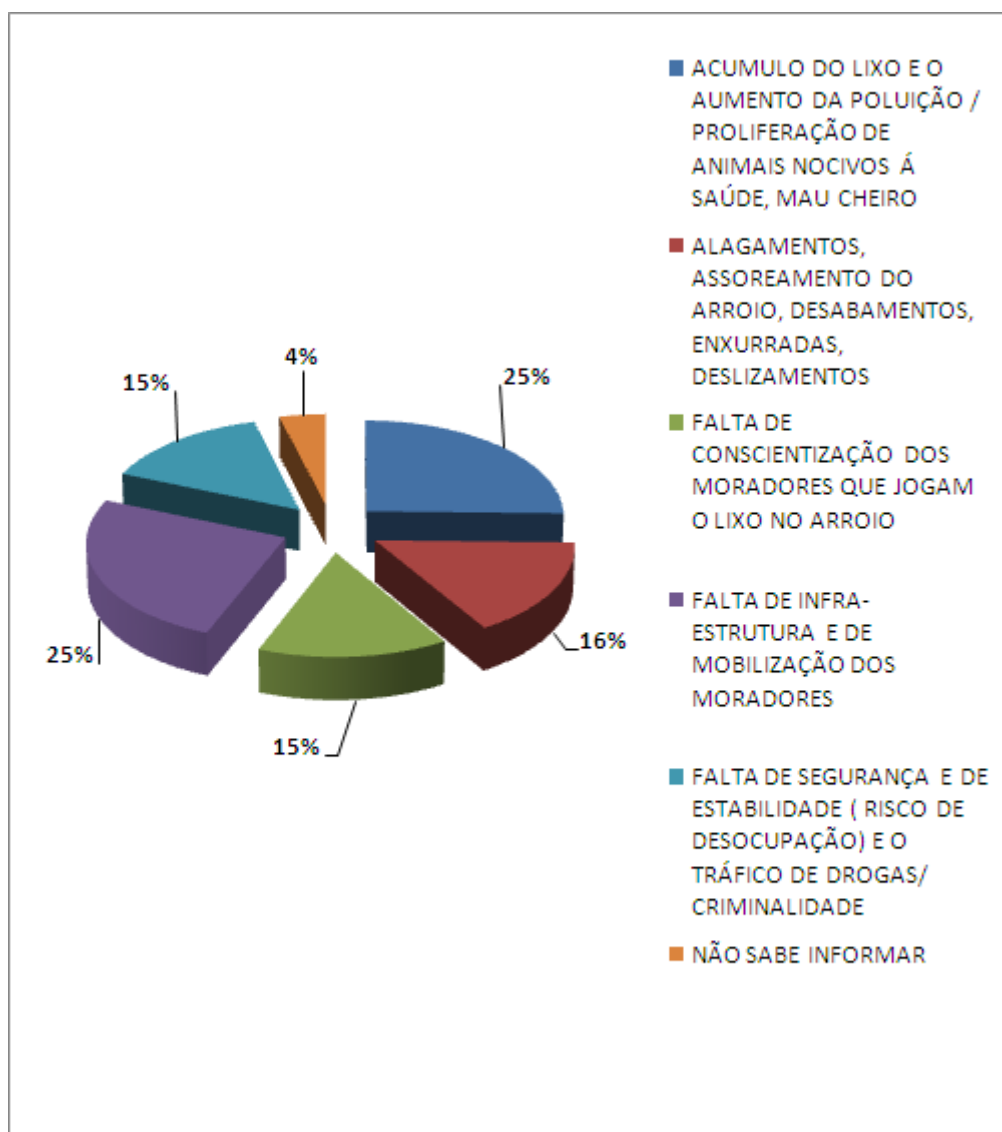
Figura 13 – Um dos acessos secundários da Vila Mato Grosso – Porto Alegre (RS)



Fonte: Fotografia de Janaina Teixeira, 2007.

A questão ambiental mais citada negativamente pelos moradores é a problemática dos resíduos gerados na Vila Mato Grosso e como isso atua como um fator de repulsão e de desagregação da própria comunidade. O uso inadequado do solo, apesar de percebido pela maioria dos entrevistados, é pouco compreendido pelos moradores como decorrente de suas próprias ações. Ou seja, o problema relatado não é incorporado ao cotidiano da comunidade, necessitando com urgência de políticas que incentivem a inserção social e econômica da comunidade atreladas a atividades de educação ambiental.

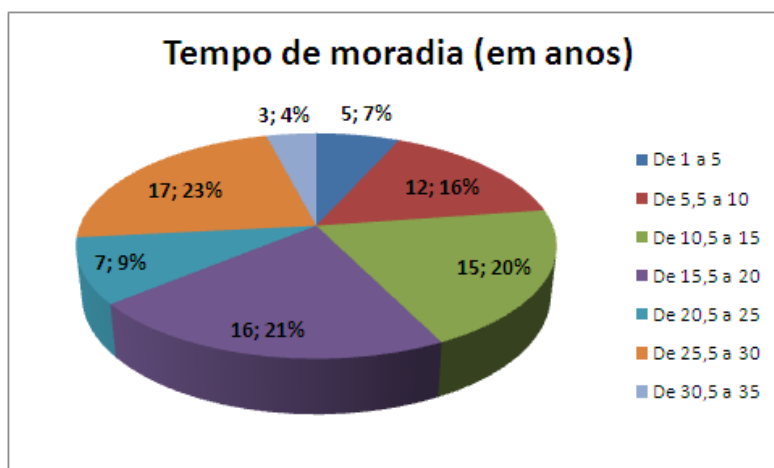
Gráfico 6 – Problemas Relacionados ao Uso Inadequado do Solo (%)



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

Com relação ao tempo de moradia nesse local, o maior número de respostas ficou entre 25,5 e 30 anos de residência, o que corresponde a (17,23%) dos entrevistados, seguidos por um percentual de (16,21%) dos que moram entre 20,5 e 25 anos na comunidade. Esse percentual indica que os moradores mais antigos apresentam sentimento de pertencimento do local. Contudo, podemos destacar que o percentual de residentes há mais de 30 anos cai para 3,4%. Podemos inferir, a partir desses dados, que a maioria dos moradores vive nessa comunidade há muitas décadas, desenvolvendo relações de parentesco e de vizinhança e, portanto, apresentam sentimento de identidade com o lugar. Enquanto a população do município tende a encolher, nessa comunidade a população cresce devido à verticalização dos lotes, pois os casamentos e namoros na maioria das vezes ocorrem dentro da própria comunidade.

Gráfico 7 – Tempo de Moradia na Comunidade (%)

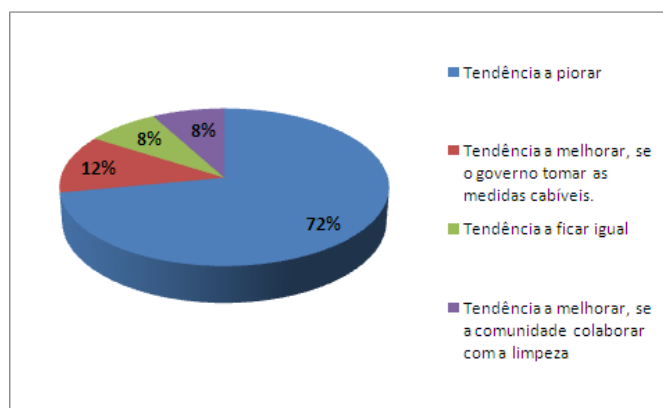


Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

Quando questionados sobre quais as suas perspectivas sobre as tendências para o futuro do local se analisadas a problemática do acúmulo do lixo e o aumento da população os moradores, independentemente da faixa etária ou do sexo se mostraram céticos e até mesmo em algumas situações pessimistas com relação ao futuro da comunidade, seja por questões de insuficiência de políticas públicas ou por falta de mobilização dos próprios moradores.

Como no Gráfico 8 temos que (72%), ou seja, 54 moradores responderam que a tendência é piorar as condições de equilíbrio ambiental e de qualidade de vida na Vila Mato Grosso. Ao passo que (12%) no caso 9 pessoas acreditam que existe uma tendência a melhorar se o governo intervier através de medidas como a canalização do arroio, por meio da coleta e tratamento do lixo e a remoção das famílias que residem nas margens do arroio Passo Fundo. Sendo que somente (8%), ou seja, seis dos entrevistados acreditam que as perspectivas futuras sejam positivas uma vez que os moradores se conscientizarem da importância de colaborar com a limpeza urbana. Porém fica evidente o desencanto com os órgãos públicos e com as últimas governanças frente aos problemas da comunidade que se mostra em sua maioria sem perspectivas de um futuro promissor.

Gráfico 8 – Problemas Relacionados ao Uso Inadequado do Solo e Perspectivas para o Futuro (%)



Fonte: Elaboração de Janaína Teixeira, 2010.

4.3. Uso do Solo

As respostas dos moradores quando questionados sobre a questão da degradação ambiental, a partir do uso inadequado do solo e as conseqüências disso para o futuro da comunidade, estão transcritas no Quadro 3 em anexo. Essa foi uma das questões mais difíceis para o entendimento dos moradores, havendo a necessidade de reformulação durante a fase de testes das entrevistas.

Alguns entrevistados responderam que, como não moram nas margens do Arroio Passo Fundo, ou seja, por ele não passar pelos fundos de suas casas, não vêem problemas com relação a isso. Nesses casos, foram geradas questões auxiliares¹.

Identificamos, por outro lado, certa dificuldade em aproximar o vocabulário técnico acadêmico com o utilizado e o compreendido pelos moradores. Podemos atribuir isso à baixa escolaridade dos entrevistados, contudo foi tomado o máximo cuidado para obtermos respostas fiéis à percepção dos moradores.

As respostas dos entrevistados sintetizam a sua visão coerente da problemática da moradia irregular, ainda que apresentem certa dificuldade em produzir respostas mais elaboradas. Uma vez, essa percepção está calcada no avanço populacional e no acúmulo do lixo em locais inadequados, que geram impactos negativos ao ambiente e à qualidade de vida dos moradores. Acreditamos que através de perguntas abertas foi possível apreender mais informações durante as entrevistas, pois houve a oportunidade dos moradores se expressarem e colocarem os seus pontos de vista que vão desde a preocupação com o futuro da qualidade da água que consomem, até questões de bem-estar como a necessidade de áreas de lazer mais próximas de suas residências. Assim como problemas relacionados à falta de colaboração dos vizinhos, que não respeitam os dias de coleta de lixo, e os que jogam os entulhos maiores, que não são recolhidos regularmente pelo serviço de coleta,

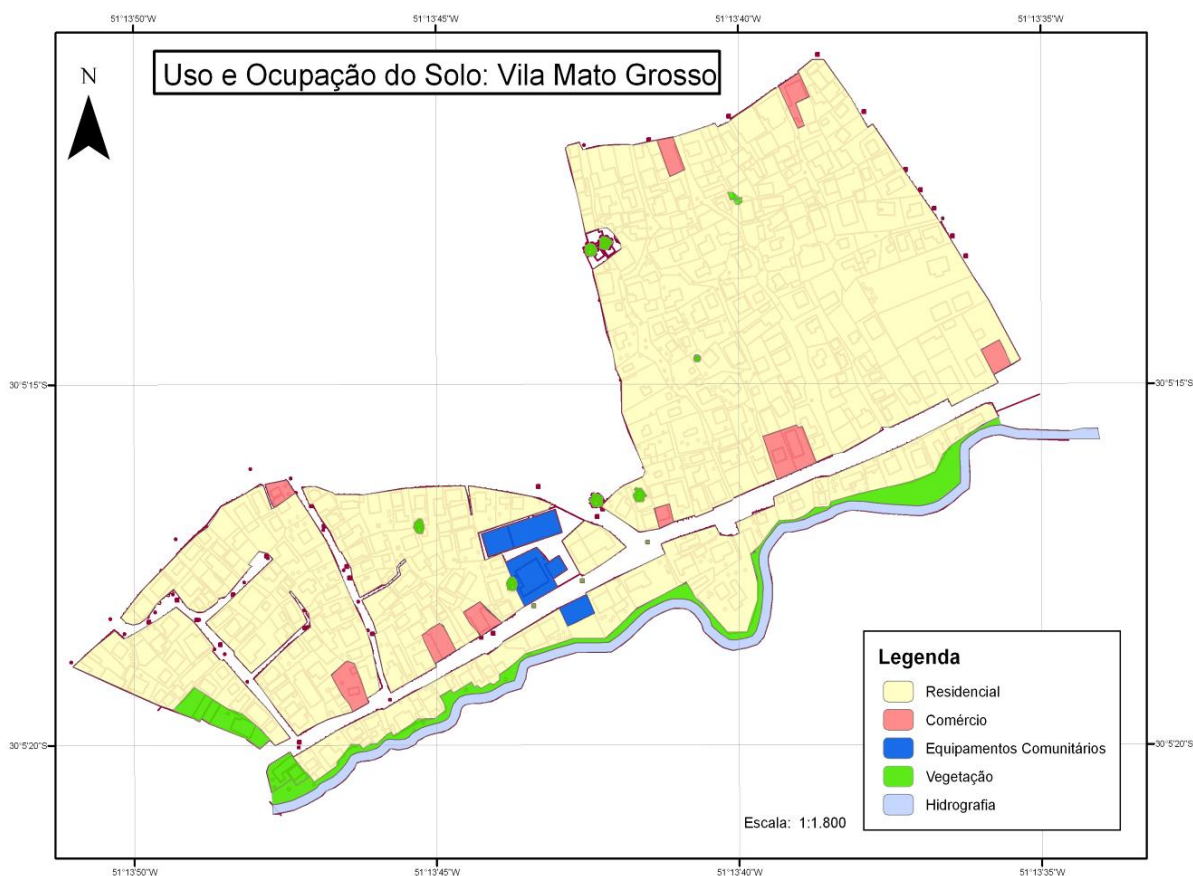
¹ Quando chove você percebe alguma dificuldade para chegar ou sair de casa?
No verão, percebes alguma alteração no número (população) de insetos?
É maior, é menor, e se é maior por que motivo?
Qual seria o principal problema que tu vês hoje em morar na vila?

diretamente no arroio, o que causa um impacto visual desagradável e aumenta os riscos de contaminação por doenças infecto-contagiosas devido à proliferação de animais nocivos á saúde.

Ainda que a demanda por áreas de lazer e recreação tenha obtido a minoria das respostas, ela é um indicativo do quanto as pessoas têm imperativos que vão além de um lugar simplesmente para morar. De fato, pudemos constatar *in loco* através do levantamento em campo, a ausência de áreas de convivência, como quadras poliesportivas na Vila Mato Grosso, sintetizado no mapa de uso do solo (Figura 14).

“Às vezes, os próprios pobres são imediatamente responsáveis por certos impactos, conquanto não o sejam em última instância (por exemplo, não seria justo nem correto culpar simplesmente os pobres que desmatam e perturbam a drenagem natural em uma encosta urbana para construir casas de favela sem levar em consideração o contexto econômico e social que os induz a isso)” (SOUZA, 2003, p.84).

Figura 14 – Mapa de Uso do Solo da Vila Mato Grosso



Fonte: Elaboração da autora a partir de informações obtidas no campo, 2010.

No mapa de uso e ocupação do solo temos a feição dos lotes que são em sua maioria de uso residencial em amarelo; os de caráter comercial em vermelho, que são pequenas mercearias; e os em cor azul que representam os equipamentos de usos comunitários como a Caixa dos Correios, que é uma central no número 1818 da Rua Octávio de Souza em que cada morador tem uma caixa de correio numerada e com chave, onde o carteiro deposita as correspondências durante a semana. A sede da Associação de Moradores da Vila Mato Grosso; o Posto de Saúde, designado para desenvolver as atividades do Programa da Saúde da Família (PSF); o Serviço de Apoio Socioeducativo (Sase), que atende crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, além de garantir proteção social para crianças vulneráveis econômica e socialmente. É desenvolvido no turno inverso ao da escola, oferecendo alimentação, apoio pedagógico e psicossocial e, quando necessário, encaminhamento aos serviços de saúde. E a creche comunitária, que opera com auxílio da prefeitura e dos convênios de entidades assistenciais (PORTO ALEGRE, 2010).

É perceptível que todos esses equipamentos públicos que contam com subsídio do governo funcionam relativamente bem, ainda que alguns moradores façam críticas à falta de fichas para atendimento e da freqüente alternância de médicos no posto de saúde – pois nesse caso acaba se perdendo o histórico dos pacientes; porém a sede da comunidade está totalmente depredada.

A grande área verde desabitada, localizada no canto esquerdo da Figura 14, conforme depoimento de uma vizinha moradora da vila trata-se de um terreno privado – o qual se pode denominar de um vazio urbano, cujo proprietário não mora no local, porém, paga um vigia para evitar possíveis invasões.

“Vazios urbanos são formados normalmente por espaços não construídos e não qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano.” (SOUZA, 2009).

Por estar situado em uma área que deveria ser protegida pelas leis ambientais o proprietário a mantém inalterada a espera de uma resolução do governo; se o Estado optar por comprar as terras para fins de preservação terá de “ressarci-lo”, caso contrário, ao que tudo indica esse irá usá-la para fins de especulação imobiliária, reforçando que se trata de uma área com forte desnível topográfico e de baixa valorização também por causa da proximidade com a área de ocupação irregular. Podemos perceber que esse assunto apresenta-se muito mais complexo do que se pretendia no início desta pesquisa, pois envolve questões sociais, políticas e econômicas, na maioria das vezes, impossível de abarcar em um estudo de caso.

4.4. ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL

O intuito desse tópico é fazer uma leitura em três tempos sobre a evolução demográfica e espacial, a partir de dados secundários, como o levantamento cadastral do Demhab – que efetuou a contagem dos lotes em 1995 -, juntamente com as informações do Censo do IBGE de 2000. Através da coleta de dados *in loco*, a partir das entrevistas com os moradores e por meio de observações e registros fotográficos, em 2010, foi possível traçar um perfil histórico recente do crescimento urbano que se reflete no processo de favelização, que tem por consequência o avanço de impactos ambientais sobre as áreas mais fragilizadas de Porto Alegre.

4.4.1. Evolução demográfica (1995, 2000, 2010)

Podemos analisar, no Quadro 4, que o IBGE dividiu a Vila Mato Grosso em dois setores censitários para fazer o Censo Demográfico de 2000, pois a comunidade possui mais de 300 domicílios em cada setor recenseado, sendo eles denominados pelo IBGE como: o Aglomerado Subnormal 0043 (Mato Grosso) e o Aglomerado Subnormal 0017, chamado Chácara Xavier Menezes. Observando-se o levantamento topográfico e cadastral da Vila Mato Grosso, realizado pelo Demhab, em 1995, constatou-se a presença de um total de 361 lotes ocupados, o que corresponderia a uma população de 1.263 habitantes, calculando-se uma média de 3,5 moradores por casa.

Para fins de comparação referente à evolução populacional, se somarmos os domicílios dos dois setores censitários divulgados no Censo do IBGE de 2000, referentes aos códigos 0791 e 0792, apresentados na Figura 15, teremos um valor absoluto de 542 domicílios. Dessa maneira, podemos inferir que ocorreu um incremento no número de moradias na área de estudo de 50%, num período de 5 anos (1995-2000). Calculando-se uma média de 3,5 moradores por casa, inferimos uma população de aproximadamente 1.900 habitantes, no ano 2000. Na contagem dos lotes, a partir da imagem disponibilizada pelo sítio do GoogleEarth, na Vila Mato Grosso, temos um total de 615 lotes sendo destes 90, somente nas margens do Arroio Passo Fundo. Calculando-se uma média de 3,5 moradores por domicílio, inferimos uma população de aproximadamente 2.200 habitantes, no ano 2010.

As metodologias aplicadas pelo Demhab e pelo IBGE são distintas, pois enquanto o primeiro faz o levantamento planimétrico e cadastral dos lotes com o intuito de promover a regularização fundiária entre outros projetos de urbanização, o segundo faz a contagem de domicílios para fins estatísticos e de estudos socioeconômicos.

Ressaltamos que vem ocorrendo uma verticalização dos domicílios das famílias de baixa renda que se mantém nos lotes porque houve um incremento populacional nesses espaços de

ocupação irregular. Uma vez que, na maioria dos casos, esses lugares são cedidos a parentes, geralmente aos filhos que constituem família, porém não tem onde morar, o que é denominado popularmente de “puxadinhos”. Como o setor censitário 0791 do IBGE abrange um vazio demográfico que é a pedreira desativada devido ao forte desnível topográfico, esta se apresenta praticamente desabitada.

***Setor Especial de Aglomerado Subnormal** - Conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até o período recente, terreno de propriedade alheia ou particular dispostos em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria de serviços essenciais. (Censo Demográfico,2000)*

Quadro 4 – Quadro comparativo entre o número de lotes em 1995 e o número de domicílios na Vila Mato Grosso, conforme o Censo do IBGE/2000.

Levantamento Topográfico e Cadastral do Demhab/ 1995	Código do setor Censitário/2000	Domicílios conforme o Censo IBGE/ 2000
361 lotes	431490205000791	356
	431490205000792	186

Fonte: Elaboração da autora, 2010.

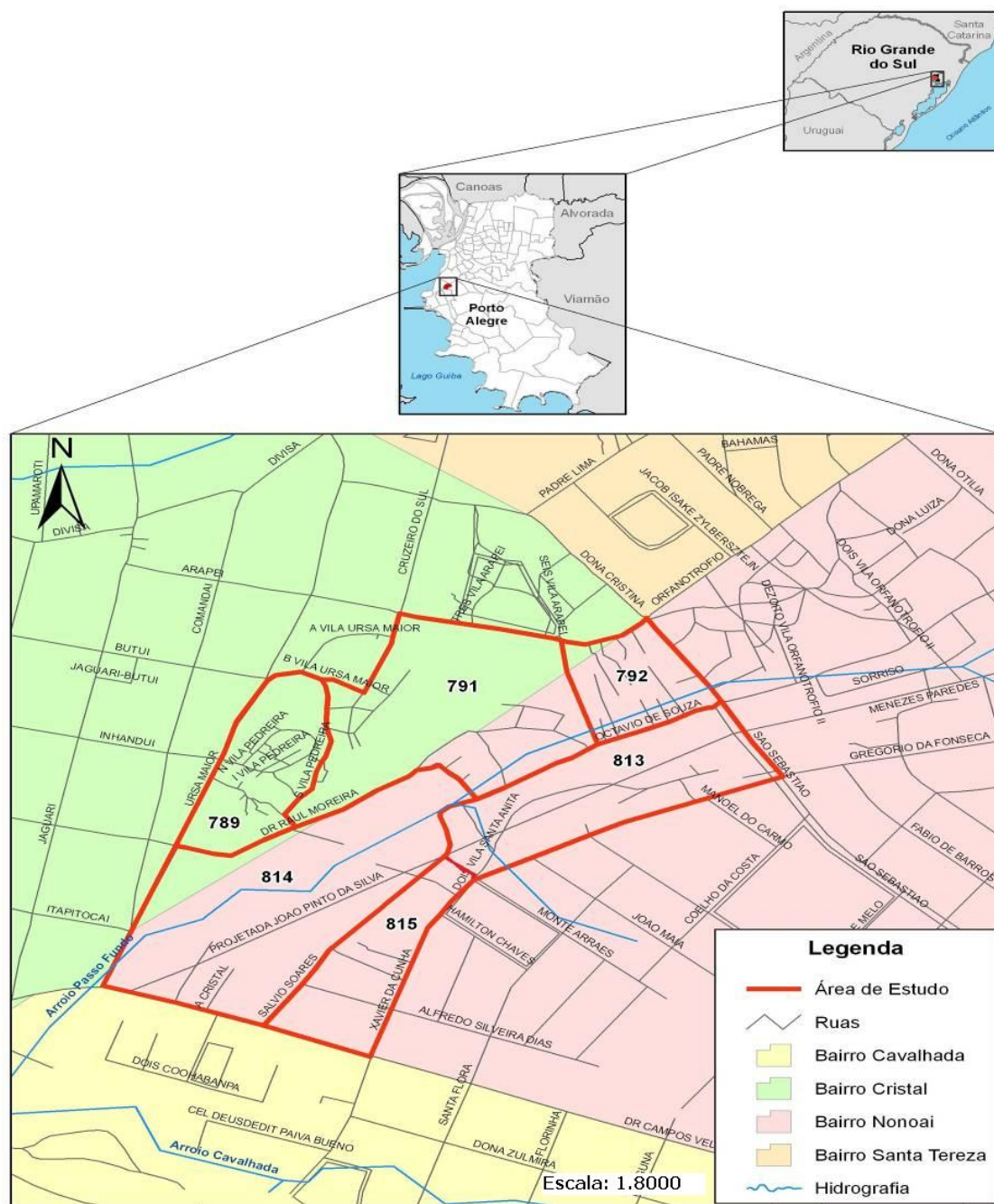
Quadro 5 – Evolução populacional na área de estudo.

EVOLUÇÃO POPULACIONAL NA ÁREA DE ESTUDO		
DEM HAB - 1995	IBGE - 2000	CONTAGEM DOS LOTES A PARTIR DA IMAGEM DO SÍTIO GOOGLEEARTH- 2010
361 lotes	542 domicílios	615 lotes
1.263 habitantes	1.900 habitantes	2.200 habitantes

Fonte: Elaboração da autora, 2010.

Observação: Os dados demográficos de 2010 são uma estimativa, a partir do levantamento realizado pela autora, através do sítio eletrônico do GoogleEarth, calculando-se 3,5 habitantes por moradia.

Figura 15. Localização da Vila Mato Grosso por setores censitários

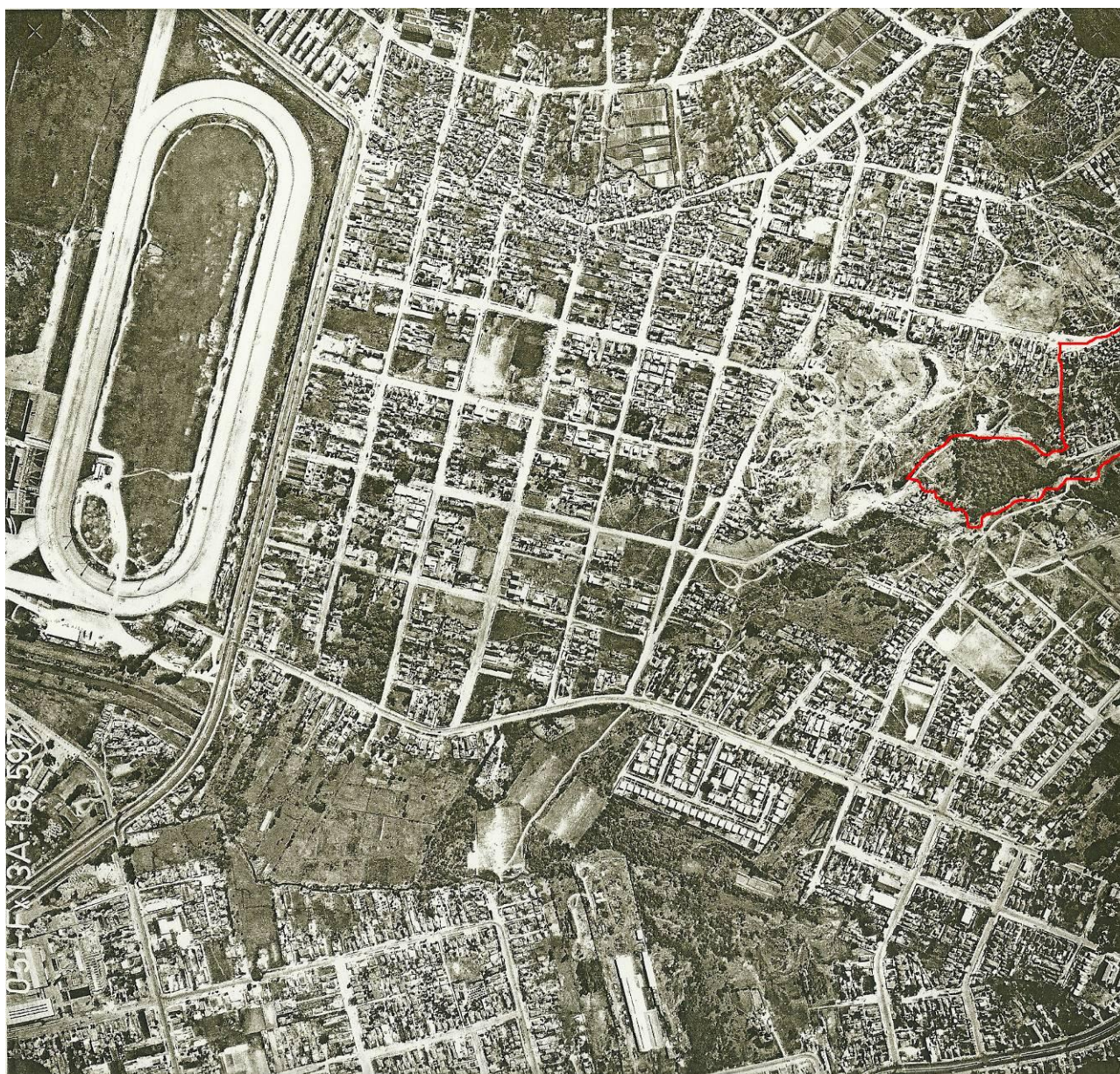


Fonte: Elaboração da autora, 2010.

4.4.2. Evolução espacial da ocupação (1972-1973, 1978, 1991)

Com o auxílio de fotografias aéreas cedidas pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan foi possível criar uma série histórica do crescimento urbano da área de estudo delimitada na cor vermelha. No ano de 1972 e 1973 havia uma ocupação muito rarefeita sendo possível visualizar minimamente os contornos da área pesquisada.

Figura 16. Fotografia aérea de 1972/1973.



Fonte: Metroplan, 2010.

Na fotografia do ano de 1978 (Figura 17) percebemos um avanço da ocupação irregular no sentido leste – oeste, pois havia uma população consolidada na Região Cruzeiro de povoamento mais antigo. E em virtude de fatores sociais e econômicos e de acordo com o perfil das pessoas que entrevistamos – com baixo grau de escolaridade e vindos do interior do Estado – esses estavam à procura de terrenos de baixo custo o que acelerou o processo de expansão da ocupação irregular nesse local.

Figura 17. Fotografia aérea de 1978.



Fonte: Metroplan, 2010.

Conforme mostra a Figura 18, datada de 1991, verifica-se uma ocupação consolidada em toda a extensão da Vila Mato Grosso, com presença de algumas habitações nas margens do Arroio Passo Fundo. Desta forma, fica evidente que os moradores que chegaram a essa localidade já na década de 1990 ficaram com os piores lugares para construir suas habitações.

Figura 18. Fotografia aérea de 1991.



Fonte: Metroplan, 2010.

Essas fotografias fazem parte de um dos últimos levantamentos aéreos feitos na região com essa metodologia do mapeamento através do sobrevoo com aeronave equipada com câmera

fotográfica acoplada. Atualmente, as imagens para fins de planejamento urbano são adquiridas via satélite com técnicas de sensoriamento remoto associadas à fotogrametria e com alta resolução espacial. Nos casos especiais que necessite um levantamento topográfico voltado para um local de interesse específico, é que as imagens são geradas por meio do levantamento aerofotogramétrico. Pois esse procedimento de sensoriamento remoto demanda um alto custo financeiro e investimentos em infraestrutura e pessoal treinado.

Como podemos observar nas fotografias, as áreas de ocupação irregular têm uma imagem distinta das demais áreas urbanizadas em seu entorno, pois essas áreas se desenvolveram de modo desordenado, isto é, fora dos padrões estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA. Assim, surgem os estereótipos em relação aos espaços populares devido ao fato de não serem reconhecidos como espaços legítimos por isso se torna tão contundente a criação de conceitos preconcebidos em relação à favela como o lugar das ausências, onde os direitos e deveres do cidadão são relativizados, enfim a expressão do caos social (SILVA, 2007).

Como neste trecho o referido autor expressa que:

“(...) As proposições apresentadas sustentam uma determinada forma de identificar, classificar e interpretar as práticas sociais afirmadas nos espaços favelados. Elas fornecem instrumentos para ir além das representações estereotipadas que caracterizam os discursos hegemônicos a respeito dos espaços populares. Seu fundamento é o reconhecimento da heterogeneidade destas localidades, o que gera a construção de identidades territoriais específicas, a capacidade de seus agentes atuarem em seu espaço particular, e mesmo que de forma tópica, instituir novas territorialidades; por último, mas não menos importante, reconhece que as favelas não cercam as cidades nem mesmo estão nas cidades, mas são elementos instituintes, essa não seria o que é sem aquelas. Por fim, como é sabido nem a cidade nem os espaços populares estão cristalizados, pois são produções históricas. Neles desenvolvem-se um conjunto de práticas orientadas pelas mais diversas referências e projetos, que refletem disputas materiais e simbólicas na luta pela construção da hegemonia social” (SILVA, 2007, p.226).

O autor destaca, por outro lado, as alternativas para minimizar as dificuldades enfrentadas pelo Estado e pela sociedade civil no entendimento e resolução do complexo tema dos estereótipos dos espaços favelados e das identidades territoriais, constituídas a partir das disputas por espaço no meio urbano, senão vejamos;

“Políticas públicas centradas na distribuição focalizada de renda e em ações voltadas para a ampliação da temporalidade e da espacialidade sociais seriam, portanto, os elementos necessários para o combate aos fundamentos econômicos, culturais, políticos e sociais da desigualdade que caracterizam o Rio de Janeiro e o país. Na perspectiva apontada, apresenta-se a possibilidade de se criarem identidades territoriais (Haesbaert, 1997) que se forjam no espaço local, mas se reconheçam como instituintes da polis, de forma plena e intensa. Identidades que, em seu processo de afirmação, permitam, de forma abrangente, o combate e a superação da representação estereotipada que ainda norteia o processo de apreensão dos valores favelados e dos seus moradores, gerando novas formas de (re)conhecimento dos diversos agentes constituintes da cidade (SILVA, 2007, p. 229).

Na mesma linha de argumentação, Basso (2000) ressalta que as conformações atuais das cidades trazem muitas alterações ao ambiente natural e, por consequência, afetam a qualidade de vidas dos seus moradores, tratando dos prejuízos dos adensamentos populacionais. E argumenta sobre o agravamento da degradação nas cidades latino-americanas por conta dos assentamentos ilegais e da falta de infraestrutura e de equipamentos públicos que reduzam a precariedade em que vivem essas pessoas e os impactos ambientais causados nesses locais. São propostas alternativas para reverter essa situação que vão desde a descentralização das cidades para reduzir os impactos ambientais por parte do Estado, até propiciar mais interação entre as instituições responsáveis pela gestão e planejamento urbano com os cidadãos para procurar melhorias no setor da habitação sem comprometer a qualidade ambiental das cidades.

“Uma cidade sustentável é aquela onde realmente se desenvolve a verdadeira vida dos indivíduos, a partir do ambiente humano e natural que lhes é oferecido. Conjugação administração municipal democrática com participação, o engenho, o trabalho e a criatividade dos “iletrados” podem resultar em uma cidade bem mais sustentável e feliz (BASSO, 2000 p. 45).

Portanto, a questão da **sustentabilidade urbana**, presente nos incisos I, VII, VIII, XII da Constituição Federal, exige que se dê prioridade às situações e aos grupos mais fragilizados, ou mais facilmente debilitados quando do processo desenfreado de urbanização, que caracterizou, até o momento, o desenvolvimento das cidades brasileiras (FREITAS, 2007, p.21).

O modelo econômico adotado pelo Brasil bem como por outros países periféricos criou distorções de produção interna, essa foi direcionada para tornarem-se os países emergentes mais competitivos no mercado externo através do desenvolvimento da sua malha rodoviária, telecomunicações e energia e do investimento em tecnologias e serviços (educação, saúde, lazer, informação, entre outros) em detrimento dos produtos essenciais que atingissem a toda a população. Esse modelo de desenvolvimento econômico capitalista agro-exportador gerou grande parte das desigualdades sociais e a má distribuição de renda no país.

“Essa distorção é fundamental para entender-se a existência de um Brasil rico ao lado de um Brasil pobre e as formas de reorganização do espaço brasileiro (FUJIMOTO, 2000, p.51).

Avaliando o panorama retratado da área de estudo, constata-se que existe uma similaridade entre o acréscimo das favelas em diferentes escalas de análise, em virtude das práticas econômicas dos governos que estão baseadas em relações de dependência política e financeira. Como consequências desses acordos, temos as desigualdades sociais e a crise ambiental urbana, retratada neste estudo de caso, na periferia de Porto Alegre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa retratou os argumentos referentes à problemática da moradia irregular que traz em seu contexto o dilema da regularização fundiária *versus* a conservação do meio ambiente materializado na área de estudo considerada. Constatou-se que são diversos os fatores que contribuem como indicadores do processo de desagregação social, em sendo que o principal fator é o nivelamento da população através dos baixos rendimentos e a falta de uma política habitacional.

Pudemos verificar desde a leitura e sistematização do referencial teórico desta pesquisa, até as visitas a campo e nas entrevistas, o quanto a pressão social e econômica, e a discriminação pelo fato de morar em determinado bairro atuam como (de)limitadores dos espaços de vivência das interações sociais. Fica evidente que a comunidade reflete por meio do seu baixo poder aquisitivo as representações de uma determinada classe social através de seu status, frente a si mesma e às outras classes sociais.

O processo de favelização em Porto Alegre é, se comparado com outras regiões do país, mais recente e setorizado no território, contudo, mantém o caráter segregador e preconceituoso que as pessoas enfrentam por residir na “vila” ou favela. Isso reforça a carga determinista e, muitas vezes, a idéia da cidade projetada e estruturada pelas classes dominantes, em detrimento dos desfavorecidos financeiramente, como destacado no referencial teórico.

Existem iniciativas por parte do Estado para reestruturar as áreas ocupadas irregularmente, como os projetos desenvolvidos pelo Orçamento Participativo (OP) que, através de demandas da própria comunidade são contemplados com obras de infraestrutura, de ampliação dos equipamentos públicos e da inclusão desta parcela da cidade por meio da regularização fundiária. Porém, essas ações apresentam-se insuficientes, pois não acompanham o crescimento da população e não são seguidas por uma fiscalização rígida dos recursos que são repassados para essas comunidades por meio das entidades conveniadas.

Nas entrevistas com os moradores da Vila Mato Grosso, se evidencia a sensação de abandono e de descaso social e político, pois enfrentam dificuldades com a escassez de ações públicas e a falta de mobilização dos moradores nas tratativas referentes às melhorias para a comunidade, pois a partir da participação e do interesse coletivo é que são votadas e aprovadas as obras para a Vila Mato Grosso junto aos órgãos públicos.

É ressaltada de forma predominante nas respostas desses moradores a problemática do lixo que gera grande impacto ambiental negativo, pois causa desde a proliferação de animais nocivos à saúde até eventos de deslizamentos de terra e desabamentos de casas situadas nas bordas do Arroio Passo Fundo, situação comum às moradias clandestinas que se estabelecem em áreas que oferecem risco à ocupação.

A legislação brasileira está equipada de todas as normas jurídicas, como a legislação ambiental, o Código Civil, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) dos municípios, possui as ferramentas no âmbito teórico para reverter a problemática da habitação irregular como o fenômeno da favelização e o desequilíbrio ambiental, sua consequência imediata. Porém, essa legislação não está apta a responder com ações efetivas às demandas da sociedade em tempo real; seja por falta de vontade política, por questões de cunho financeiro ou ideológico, as transformações urbanas que atenderiam à comunidade como um todo não se materializam devido a um descompasso entre as necessidades urgentes da população carente e os entraves burocráticos que dificultam as resoluções no campo palpável. As leis existem, contudo não são exercidas pelas governanças nos casos em que mais são imprescindíveis, o que para os moradores “despolitizados” da Vila Mato Grosso se traduz na sensação de descaso com a questão da moradia irregular e da degradação ambiental. A idéia deste trabalho é ressaltar que somente haverá mudanças efetivas no momento em que governo e sociedade civil fizerem valer a legislação e direcionarem os recursos humanos e financeiros para onde é devido e necessário para que haja o resgate da dignidade das populações de baixa renda que hoje se sujeitam a viver a margem da lei por falta de oportunidades concretas e de perspectivas para o futuro.

Portanto, o intuito deste trabalho foi oferecer subsídios às políticas públicas voltadas ao planejamento urbano que privilegiem a conservação dos recursos naturais e o combate às desigualdades sociais e econômicas, com enfoque no direito à habitação digna para todos.

5.1. Sugestões para Novas Pesquisas

Por meio desta pesquisa identificou-se a relevância da discussão acerca da problemática da habitação irregular sobre as áreas de preservação ambiental. Seria muito interessante fazer um levantamento junto ao Orçamento Participativo e às demais entidades para identificar quais os principais problemas enfrentados ao se elaborar os projetos de urbanização e na tomada de decisões junto às comunidades carentes.

Em consulta à gerência do Orçamento Participativo – OP da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, sobre as ações que estavam sendo tomadas para melhorar a qualidade de vida e ambiental na área de estudo, surgiu outro questionamento de como os órgãos públicos trabalham com as diferentes expectativas das populações e das dificuldades afrontadas em lidar com os impactos ambientais no meio urbano como a degradação dos recursos hídricos e dos solos urbanos, oriundo do avanço da população de baixa renda sobre espaços inadequados à habitação, e assim termos uma percepção mais ampla do caráter burocrático dessas instituições no planejamento das cidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAÃO, M. B. **Conflitos entre a ocupação urbana e a preservação do ambiente natural em Porto Alegre / RS: A Lomba do Pinheiro**. 2002. 59f. Monografia (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ALVES I. C. Perspectiva sócio-ambiental na Vila Santa Isabel, Viamão RS - Estudo de caso. In SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
- BARROS, A.M.; CARVALHO, C.S.; MONTANDON, D.T. **Estatuto da Cidade Comentado**. Brasília: Ministério das Cidades, 2003.
- BASSO L.A. Desenvolvimento sustentável e qualidade ambiental das cidades. In SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
- CARDOSO, A. L.; Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XX, N°1, 2006, p.27-48.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- COSTA, W. M. e MORAES, A. C. R.; **Geografia Crítica – A valorização do espaço**, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984. Ref. 910 M827 gc.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FONTOURA, A. E. S. **Participação, territorialização, e identidade na periferia de Porto Alegre: estudo de caso comparativo na Lomba do Pinheiro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FREITAS, Geraldo Luz de (coord.). **Planos diretores municipais: integração regional estratégica - roteiro metodológico**. Porto Alegre: ANTAC, 2007. - (Coleção Habitare, 7) 184 p.

FUJIMOTO N. S. V. M. A urbanização brasileira e a qualidade ambiental. In SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

HARVEY, D. Class structure in a capitalistic society and the theory of residencial differentiation. In: PEEL, R. , CHISHOLM, M. & HAGGETT, P. , orgs. *Processes in physical and human geography* . London, Heinemann, 1975.

LIMA, M. R. C.; O tempo desvelado: a autoconstrução da moradia. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XXI, N°1, 2007, p.71-98.

LINDAU H.G.L. Diagnóstico da ocupação da encosta noroeste do morro da Polícia / Porto Alegre – RS. In SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

MOREIRA, Rui. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, M. A.; ALVES, H. P. F. Expansão urbana e desmatamento nas áreas protegidas por legislação ambiental na Região Metropolitana de São Paulo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XXI, N° 2, 2007, p. 29-54.

PIRES C.L.Z. Impactos ambientais decorrentes da ocupação irregular nas nascentes da Bacia Hidrográfica do Arroio do Salso: O caso da Lomba do Pinheiro – Porto Alegre /RS. In SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L.A.; VERDUM, R. (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

PORTO ALEGRE. **Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre**. Porto Alegre, CORAG/PMPA-DEMHAB, 1997.

PORTO ALEGRE. Dados estatísticos da FASC. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=73> Acesso em 09 de nov. 2010.

RIBEIRO, L. C. Q.; **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de moradia na cidade do Rio de Janeiro** / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

SILVA, J.S. In. SANTOS, M. [et al]. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. **Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. ed.

SILVA, L.O. da. **A organização do espaço construído e qualidade ambiental: o caso da cidade de São Paulo**. *Pólis*. n. 3,1991.

SOUZA, M. L. de; **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DIEESE, Disponível em < <http://www.dieese.org.br/>> acesso em 09 de Outubro de 2009 às 00h46min.

Observatório da cidade de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php>> acesso em 20 de Setembro 2009 às 15h10min.

SETOR CENSITÁRIO Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/sitefee/download/publicacoes/estudos-e-pesquisas/atualizacao-e-expansao/relatorio3.htm>> acesso em 20 de Setembro de 2009 às 16h37min.

Secretaria do Planejamento Municipal - SPM. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/terminologia.htm> acesso em 24 de Agosto de 2010 às 23h53min.

SOUZA, T. **Plataforma de práticas discursivas da disciplina Novas Teorias da Arquitetura e do Urbanismo CAU-Unileste**. Disponível em: <<http://novasteorias.blogspot.com/2009/03/vazio-urbano.html>> acessado em: 05 de Março de 2009 às 22h24min.

ANEXOS

QUADRO 3 – Respostas dos Moradores sobre os Processos Socioespaciais e Impactos Ambientais

FATORES QUE ATUAM NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM VIRTUDE DO AVANÇO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR (respostas dos moradores)
Os moradores colocam lixo no arroio prejudicando a população em geral.
Desleixo e falta de consciência da comunidade.
Os moradores colocam lixo no arroio que causa os alagamentos.
A pobreza e a falta de alternativas à habitação em uma área regularizada.
Má educação da população; falta de consciência por parte dos moradores com os riscos de jogar o lixo no arroio que, quando transborda, causa entupimentos e enchentes.
O local de moradia não oferece alternativas para fazer melhorias, devido à incerteza com relação ao Orçamento Participativo. Risco de remoção.
Falta de manutenção da limpeza do arroio, a última vez que foi limpo pela Prefeitura foi em 2002.
O aumento de pessoas morando no local tende a agravar a situação de calamidade.
O fato de as pessoas jogarem lixo constantemente e a prefeitura não dar conta e nem importância para a limpeza do arroio.
O adensamento populacional leva ao acúmulo de lixo que os moradores despejam no arroio, ainda que exista o recolhimento dos resíduos pela Prefeitura, o arroio se transformou em um depósito de lixo flutuante.
Devido ao avanço das moradias irregulares por questões econômicas e falta de políticas públicas que acomodem as pessoas de maneira digna.
Falta de capricho dos moradores.
Acúmulo do lixo.
O lixo.
Mesmo havendo a coleta de lixo a população não tem consciência.
Os moradores colocam lixo no arroio.
Desabamentos e aumento da poluição por acúmulo do lixo.
A própria comunidade, ou melhor, uma parcela desta comunidade, contribui para piorar o ambiente, geralmente os moradores mais próximos ao arroio. O terreno todo concentra grande umidade.
Com o aumento da população aumenta a sujeira.
Desmatamento das margens do arroio.
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no arroio.
Pelo fato de ser uma área de risco.
Mau cheiro e falta de ação do governo.
Falta de presença da prefeitura / do governo, para fazer melhorias.
Falta de mobilização da comunidade em solucionar as questões como a do lixo e da criminalidade.
Aumento da população faz aumentar a produção de lixo, o morador ressalta uma maior conscientização por parte dos moradores da Rua Raul Moreira em comparação com alguns moradores da Rua Octávio de Souza.
Nem todos têm acesso a água e a luz de forma regular (as pessoas têm acesso, mas não pagam por esses serviços, o que acaba sobrecarregando aqueles que pagam). A moradora gostaria que todos pagassem pelos serviços públicos de forma igualitária.
As pessoas constroem nos morros que são áreas de risco de desmoronamento. (a SMIC não concedeu o alvará para o morador por esse motivo).
O lixo acumulado está relacionado com o aumento da população.
Com as chuvas, o lixo acumulado nas ruas vai pra dentro do arroio.
As pessoas não respeitam os dias de coleta do lixo, falta de organização e por esse motivo o lixo fica exposto aos cães e demais animais.
O aumento desordenado da população.
As pessoas não ajudam a cuidar e são desorganizadas com relação ao lixo.

Situação econômica e falta de incentivo do governo e da prefeitura, pois demoram a fazer a coleta do lixo.
Falta de conscientização das pessoas que jogam lixo no arroio.
Aumento da população e o descaso com relação ao seu lixo.
Excesso de moradias.
Falta de manutenção da limpeza do arroio pela prefeitura.
Poluição devido ao acúmulo de lixo, que as pessoas colocam no arroio. Que gera doenças como a dengue.
O lixo.
O aumento da população e como as pessoas tratam o lixo podem causar alagamentos.
Os moradores que residem ao lado do arroio jogam lixo por isso estão mais sujeitos aos riscos.
O lixo e a falta de canalização do riacho.
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no arroio. Falta de ações dos líderes comunitários nas reuniões do OP.
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no arroio.
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no riacho.
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no riacho, e poluem o ambiente.
O lixo não recebe o destino correto. A má qualidade e insuficiência do esgotamento sanitário e a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis.
Poluição do ambiente.
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta.
As pessoas jogam lixo no arroio.
Poluição por causa dos veículos.
O lixo, a sujeira e a falta de colaboração dos vizinhos.
Os moradores que jogam lixo que atraem animais.
O lixo que é jogado na rua quando chove é levado para dentro do arroio.
Não tem lixeiras ou latas de lixo, o pessoal coloca o lixo na ponta dos becos e os cães rasgam e espalham as sacolas.
Falta de conscientização das pessoas que jogam o lixo na rua e quando chove causam os alagamentos. E a falta de manutenção na poda das árvores no tempo adequado, pois caem galhos sobre as casas.
Falta de conscientização das pessoas que jogam o lixo na rua e os cães rasgam e espalham as sacolas.
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta. Falta de urbanização das vias públicas com material de qualidade.
Ocupação indevida, e o lixo que é jogado na rua.
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta e os cães rasgam e espalham as sacolas.
Avanço da população sobre os limites do riacho, e sobre a pedreira ocasionando riscos de deslizamentos.
Acúmulo do lixo (entulhos, restos de mobílias e utensílios domésticos).
Falta de conscientização das pessoas que jogam cada vez mais lixo no arroio.
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta e os cães rasgam e espalham as sacolas.
As doenças causadas nas crianças.
Falta de conscientização das pessoas que jogam lixo no arroio e o acúmulo do lixo.
Acúmulo do lixo no arroio (entulho restos de mobílias e lixo doméstico).
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta e jogam o lixo no arroio faz aumentar a poluição.
O lixo.
Falta de conscientização dos moradores em relação ao lixo, pois não respeitam os dias de coleta e não colaboram com a limpeza das vias públicas.

Desleixo e falta de consciência da comunidade no tratamento do lixo.

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações obtidas nas entrevistas, 2010

Anexo I – Questionário para Entrevistas

Dados básicos:

Entrevistador: _____ Data: __/__/____.

Local da Amostra: _____

Dados de Registro

Nome do entrevistado (opcional): _____

morador comerciante líder comunitário, agente público

Ocupação:

trabalhador (a) assalariado (a) doméstico (a) / autônomo (a)

do lar estudante desempregado (a)

Grau de escolaridade:

Não alfabetizado Ensino fund. Incompl. Ensino fund. Compl. Ensino médio Incompl.

Ensino médio compl. Ensino superior Incompl. Ensino superior Compl.

Condição da moradia:

Residência: alvenaria madeira outros: _____

própria alugada mora de favor outros: _____

Terreno: próprio em área verde outros: _____

Tempo de moradia

De 1 a 5 ()

De 5,5 a 10 ()

De 10,5 a 15 ()

De 15,5 a 20 ()

De 20,5 a 25 ()

De 25,5 a 30 ()

De 30,5 a 35 ()

Pontos de entrevista / Análise do local

vantagens e desvantagens do local

O motivo que o levou a morar nesse local foi:

migração expulsão oportunidades outros: _____

Quais são os principais problemas, relacionando-os com o uso inadequado do solo urbano?

Quais são os fatores que atuaram e atuam no processo de degradação ambiental da área em virtude do contínuo avanço da ocupação irregular?

Em sua opinião, quais são conseqüências da degradação ambiental e as suas implicações para o futuro deste local?

Anexo II – Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE GRADUAÇÃO II

**PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS NA ZONA SUL DE
PORTO ALEGRE: ÁREA DE ESTUDO VILA MATO GROSSO**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ declaro participar da presente entrevista que faz parte da pesquisa **Processo de favelização e impactos ambientais na zona sul de Porto Alegre: área de estudo Vila Mato Grosso**, para fins exclusivamente acadêmicos, de livre vontade. Também afirmo a condição do pesquisador de manter minha identidade preservada, o que significa que meu nome não será utilizado na publicação dos resultados dessa pesquisa.

Porto Alegre, __ de _____ de 2010.

Janaina R. Teixeira

Entrevistadora

Entrevistado pela pesquisa

Anexo III - Demandas do Orçamento Participativo 2010.

SMS	2008	528	Reforma do PSF, Vila Mato Grosso	CRUZEIRO	Pendência Jurídica	em análise técnica
-----	------	-----	----------------------------------	----------	--------------------	--------------------

Demanda aguarda desocupação do terreno para construção de nova sede (Projeto concluído). DEMHAB está providenciando alternativa para assentar família ocupadora. Sob Análise técnica. Priorizada para o orçamento em 2011.

Cruzeiro		
FASC	2004 - Assistência Social	
Demanda	Descrição	Situação
2004938	Convênio de SASE para Associação de Moradores da Vila Mato Grosso, 40 metas.	Concluída

Cruzeiro		
DEM HAB	1994 - Regularização Fundiária	
Demanda	Descrição	Situação
1994972	MEDICAO TOPOGRAFICA E APOIO TECNICO A USUCAPIAO VILA MATO GROSSO	Concluída

Fonte: Orçamento Participativo, 2010.

Comentário da lei

Artigos 76/77 e 78 - As AEIS permitem que as vilas e os loteamentos irregulares, que hoje são considerados clandestinos ou irregulares, sejam melhor integrados à cidade. Ao marcar uma área no mapa da cidade (gravar) como AEIS, o Plano Diretor admite que as mesmas poderão ser regularizadas no próprio local com regras diferenciadas (outro tipo de medida de terrenos ou de ruas, por exemplo), para que possam ser urbanizadas (receber obras) considerando, sempre que possível, a forma como o núcleo está organizado.

*As **AEIS de nível I e II** se referem a áreas já ocupadas e cuja regularização é possível de ser feita no próprio local. As **AEIS de nível III** tratam de terrenos ainda não ocupados, identificados para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.*

*As **AEIS de nível IV** têm o objetivo de permitir a regularização de conjuntos habitacionais.*

As famílias somente sairão de onde estão, indo para locais próximos, quando a vila ou loteamento estiver em área de risco (como pedreira, encosta de morro, beira de arroio ou de estrada) ou nos casos em que for necessário ter mais espaço para a execução de obras para a prestação de serviços à população. No caso de um núcleo estar ocupando um terreno da Prefeitura destinado para uma praça, as famílias somente poderão ficar no local se este tiver sido ocupado antes de 1989. Uma lei (Concessão do Direito Real de Uso) garante que estes moradores podem permanecer ali. Se, neste caso, não existirem praças suficientes naquela Região de Planejamento ou se a vizinhança exigir a praça, outro local próximo deverá ser escolhido pela Prefeitura para fazê-la.

Também para que mais famílias possam morar melhor, o Poder Público pode escolher uma nova área, que esteja vazia, e permitir que se faça um novo loteamento popular com regras próprias para o tamanho dos lotes, largura das ruas e a construção das casas. Tudo isso para baratear o preço da moradia. Estes loteamentos poderão ser feitos pelo DEMHAB ou pelo proprietário da área que for identificada e liberada pela Prefeitura.

O dono do terreno que quiser fazer um loteamento popular pode pedir à Prefeitura esclarecimentos sobre os passos que deve seguir e como proceder para associar-se com outros proprietários, empresários, associações ou cooperativas. Trata-se do urbanizador social, que será o responsável pelo empreendimento e assumirá as responsabilidades previamente definidas em um projeto específico.

Na regularização de vilas ou loteamentos todos assumirão suas parcelas de responsabilidade: a Prefeitura, os moradores e os loteadores clandestinos.

A indicação de terrenos vazios para loteamentos de caráter social precisa ser aprovada, através de lei, pelos vereadores.

Acesso em 06/12/2010 em

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=12&p_secao=21>